

PROPOSTA N.º 610/2015 - APROVAR E SUBMETER À APROVAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA O QUADRIÊNIO 2016-2019, BEM COMO O ORÇAMENTO E O MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 611/2015 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL A FIXAÇÃO DAS TAXAS DO IMPOSTO MUNICIPAL DE IMÓVEIS, BEM COMO DAS MAJORAÇÕES E REDUÇÕES, ESTABELECENDO OS MECANISMOS NECESSÁRIOS PARA O RESPECTIVO CUMPRIMENTO, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 612/2015 – APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O LANÇAMENTO EM 2016 DO PERCENTUAL DA DERRAMA PARA OS SUJEITOS PASSIVOS CUJO VOLUME DE NEGÓCIOS NO ANO ANTERIOR NÃO ULTRAPASSE OS 150 000 EUROS, BEM COMO PARA OS RESTANTES CASOS, A APLICAR SOBRE O LUCRO TRIBUTÁVEL SUJEITO E NÃO ISENTO DE IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS COLETIVAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 613/2015 – APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PERCENTUAL DE RELATIVO AO IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DAS PESSOAS SINGULARES (IRS) PARA VIGORAR NO ANO DE 2016, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

PROPOSTA N.º 614/2015 - APROVAR E SUBMETER À ASSEMBLEIA MUNICIPAL O PERCENTUAL RELATIVO À TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP) PARA VIGORAR NO ANO DE 2016, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Vamos dar início à nossa Ordem de Trabalhos, com o debate conjunto dos Pontos 1, 2, 3, 4, 5.

Para dar início aos trabalhos, o Vereador Paulo Saraiva.

O Vereador João Paulo Saraiva:- Bom dia a todos. Eu vou fazer a apresentação daqui. O orçamento de 2016 foi construído num processo muito participado por toda a Vereação e por todas as estruturas do Município. Teve início da sua construção no início do mês de Julho e desenvolveu-se numa

série de fases que eu não vou pormenorizar mas que teve diferentes interações com a Direção Municipal de Finanças que no fundo foi assumindo o papel que lhe compete, o garante de que estamos perante um orçamento equilibrado que os pressupostos que foram enunciados pelo Sr. Presidente e pela Câmara e que muitos deles já veem desde o início do mandato, foram cumpridos e portanto no fundo é isto que vos venho apresentar hoje, é o resultado deste trabalho. Um trabalho que envolveu uma quantidade apreciável de trabalhadores do Município que começo já por lhes agradecer, nomeadamente à Direção Municipal de Finanças e a todo o trabalho que nos permite estar aqui a tempo e horas a apresentar o orçamento com prazos bastante dilatados para os Srs. Vereadores poderem analisar toda a documentação para podermos interagir durante todo este processo aliás como fomos fazendo e permite-nos hoje dizia eu, estar aqui a apresentar as conclusões desse trabalho a serem submetidas a esta Câmara e posteriormente à Assembleia Municipal. Mas sem mais delongas gostava de vos dizer que as linhas estratégicas do orçamento que estão aqui esplanadas foram transmitidas à Direção Municipal e a todos os Serviços são estas: Apoio, portanto há aqui um conjunto de áreas de abordagem, apoio às famílias, apoio às empresas, mais investimento mais segurança, mais investimento mais qualidade de vida. Depois houve um conjunto de opções operacionais e pressupostos orçamentais que também foram tidos em conta e por fim há o que nos preocupava na própria construção do orçamento que tinha a ver com a competitividade e a atratividade de Lisboa, nomeadamente na sua componente tributária. Quanto ao apoio às famílias, mantivemos o IMI mais baixo da AML e mais baixo daquilo que é possível que a Lei nos permite 0,3, aliás resultante para que não fiquem.. antecipando-me já à tentativa que depois há sempre de quem é que foi o pai, quem foi a mãe, quem foi o tio. No fundo isto resulta desta grande família do ponto de vista da política tributária e portanto isto resulta do acordo de todos, de uma convergência sobre este ponto de vista que as diferenças forças políticas acordaram e que é resultado disso mesmo. Por outro lado a introdução do IMI Famílias com uma, colocando a reduções máximas no número de dependente que a Lei permitia. Um dependente 10%, 2 dependentes 15% e 3 dependentes ou mais 20%. Aproveito também aqui já para introduzir uma questão que é uma proposta de alteração à própria proposta que eu fiz que penso introduzir acrescentando um teto para o valor patrimonial tributário a partir do qual esta isenção ou esta redução desculpem, não se aplica e portanto vou propor que acima de 200 Mil Euros valor patrimonial tributário esta redução não se aplique para tentar que aquilo que é uma distorção de um sistema como este como

seja um edifício, só para levar aqui ao extremo, de 5Milhões de Euros, também esteja incluído neste tipo de reduções. Por outro lado a dedução aos municípios de 50% , ou seja, aplicar a taxa de 2,5% quando o município podia aplicar uma taxa de 5%, sendo também aqui a taxa mais baixa deixando o município a seguir uma margem muito considerável de redução de IRS aplicado na área metropolitana de Lisboa . Isto do ponto de vista fiscal. Do ponto de vista das políticas ativas , por um lado o programa Renda Acessível uma grande aposta do município, não tem impacto orçamental porque também não tem que ter, essa é mesmo uma das prerrogativas da sua construção. Estão refletidos neste orçamento todos os estudos e todas , digamos a parte de reparação e planeamento deste programa mas não podíamos deixar de não dar nota aqui sobre a importância deste programa e a importância nomeadamente no apoio às famílias e na competitividade do próprio município de Lisboa sobre a matéria da habitação. No ponto cinco, requalificação da habitação municipal. Prossequiremos como aliás conhecem pela aprovação do contrato programa com a GEBALIS nomeadamente, só para destacar aquilo que é mais relevante, um enorme investimento que este ano o investimento total são 25 Milhões de Euros e este ano, só este ano são mais de 10 Milhões de Euros de investimento na recuperação, requalificação e melhoria da qualidade da habitação municipal. Por outro lado o Programa Escola Nova que vamos concluir este programa, vamos este ano investir cerca de 12 Milhões de Euros dando a este Município uma posição, conferindo-lhe uma posição invejável das condições que oferece às suas crianças, às sua famílias, do ponto de vista daquilo que é uma das áreas mais importantes que uma sociedade que se quer desenvolvida e coesa pode .. na qual pode investir que é na área da educação. Por último, isto foi só um destaque como é evidente da leitura do orçamento, certamente perceberam que há muito mais áreas de intervenção do que as que foram aqui digamos, explicitadas, mas estes são os destaques . Ação social escolar, continuar um investimento que tem sido um investimento importante ao longo dos últimos anos atentando contrabalançar o impacto negativo de... das políticas de austeridade seguidas nos últimos anos e que tiveram um impacto como é evidente no município de Lisboa muito importante a que a Câmara fez face durante estes anos e vai continuar a fazer até que esse impacto se desvaneça. Por outro lado, o apoio às empresas. O Município de Lisboa também com um largo consenso estabeleceu uma política fiscal que passa pela isenção de rama para volumes de negócio inferior a 150 Mil Euros. Por outro lado isenção de atividades de restauração e pequeno comércio com faturação inferior a 1Milhão de Euros . Uma rede de incubadoras que nesta

área do ponto de vista das políticas ativas , da área que com ... das áreas digamos com um investimento relativamente modesto, conseguimos nomeadamente do ponto de vista daquilo que são as infraestruturas conseguimos fazer e participar num desenvolvimento da cidade deste ponto de vista daquilo que são as infraestruturas conseguimos fazer e participar num desenvolvimento da cidade deste ponto de vista que veio a ser .. a ter os eu corolário com o... no próximo ano vai ter um momento muito importante como a iniciativa Web Summit. O ponto três que é um ponto que me têm ouvido falar ao longo de todas as reuniões, tem sido a nossa capacidade de cumprir aquilo que foi uma instrução e uma prerrogativa, um pressuposto que o Sr. Presidente me incumbiu desde que eu tomei posse nestas funções, tem a ver com pagamentos a pronto a fornecedores. Nós neste momento estamos com um prazo médio de pagamento de dois dias, o intervalo que o senhor Presidente fixou, nos fixou toda a equipa da Direção Municipal de Finanças em que têm ali no Nelson de Sousa um garante de que estes dados não se alteram , é um intervalo entre dois e quatro mas nós temos estado na parte baixa do intervalo com dois dias prazo médio de pagamento e pretendemos mante-los. Isto sem dúvida e como tem sido evidente até pela própria consulta ao mercado e para aqueles que são mais atreitos a confiar nos mercados e a valorizar aquilo que mercados nos trazem sobre diversas matérias, certamente serão sensíveis ao SPRED que Lisboa conseguiu que é talvez um dos indicadores mais importantes para que na demonstração de confiança dos mercados naquilo que é o trabalho realizado no município de Lisboa apesar de algumas críticas e até algumas desconfianças mas todos percebemos que dado o passado do município é sempre de estar com um pé atrás, nós percebemos. Mas de qualquer forma são estes os dados, são estes os dados de forma sustentável que se têm mantido consistentemente e que nós pretendemos que s continuem a manter-se introduzindo também como é evidente do ponto de vista do apoio às empresas uma segurança na relação com o município que evidentemente se traduz na condição de o município conseguir comprar melhor mas também as empresas terem uma maior saúde do ponto de vista financeiro porque nós lhes proporcionamos condições a pronto pagamento. Mais investimento mais segurança, destacar também só aqui algumas componentes desta ... deste investimento nestas áreas, desde logo o plano de pavimentação, será difícil não dar conta de que de fato se está a fazer um enorme esforço nesta área, recuperando uma...algo que estava a entrar num momento de alguma degradação. Agora que o município tem melhores condições para o fazer mas mais importante do que isso é a forma como está a ser feito, a requalificação

não passa por intervenções pontuais, passa por alterações estruturais que certamente também vão refletir-se nos próximos orçamentos diminuindo os custos com aquilo que é a manutenção da própria rede viária da cidade. Isso é da mais elementar importância do ponto de vista da vida dos cidadãos mas tem evidentemente um importante reflexo orçamental nos próximos anos.

O plano de drenagem, o plano de drenagem tem cerca de 5 milhões de euros em dotação definida, mas ao contrário do que, nomeadamente o Vereador António Proa não se cansa de repetir em vários fóruns, nomeadamente nos Jornais, tem uma dotação não definida de 12 milhões de euros. Só que, Sr. Vereador, eu gostava que me respondesse á pergunta, já agora que ainda não estamos propriamente nesta fase, mas fica já aqui a pergunta, o repto, que me explique como é que se classifica despesa que, supostamente será realizada através de uma receita que virá de fundos comunitários? Ela tem ali o espelho claro dessa abordagem, uma abordagem que foi assegurada em diversas reuniões com o Governo, que está escrita e que portanto, nós como é evidente, confiamos que a palavra das pessoas não muda de um dia para o outro e, como é evidente, fizemos o reflexo disso mesmo no próprio orçamento.

O dispositivo de proteção civil, nós fazemos aqui um enorme investimento, em todo o dispositivo, é evidente até por algumas notícias que têm vindo a público, que o dispositivo de proteção civil, nomeadamente nas suas infraestruturas não está nas melhores condições, é evidente que aquilo também não é situação que veio a público, é uma situação episódica, mas nós temos toda a consciência aqui nesta Câmara, que precisamos de fazer aqui um enorme investimento, estamos a fazê-lo. Quer um investimento nas infraestruturas, nos equipamentos, na formação e na capacitação dos próprios ativos, nomeadamente o Sapadores de Bombeiros, sendo que, sabemos que isto é um trabalho contínuo de melhoria continua, temos de estar sempre atentos, eles têm de estar sempre em prontidão. É algo que é necessário que esteja sempre a ser cuidado, mas também é claro, que já temos 1 dos melhores Regimentos de Sapadores de Bombeiros do País e do mundo, a luz daquilo que são os reflexos e aquilo que foram os resultados do último campeonato do mundo de desencarceramento que foi realizado em Lisboa há poucos dias, onde o Regimento de Sapadores de Bombeiros teve uma atuação e um desempenho completamente meritório, honroso e de destaque para este Município. Temos muito orgulho nisso e temos que corresponder com aquilo que é o investimento necessário para manter, melhorar e inovar, relativamente a esta matéria, como a Cidade exige e, como?(aprecio)? que são os profissionais nesta área o merecem.

Por outro lado, mais investimento, mais qualidade de vida. Projetos como: Uma Praça em cada Bairro, Frente Ribeirinha, Plano de acessibilidade Pedonal, são 3 dos 5 projetos, digamos, os mais emblemáticos. Eu diria que, o investimento que vai ser realizado nos próximos anos, nomeadamente no ano de 2016 vai permitir que a Cidade de Lisboa tenha, no ponto de vista da qualidade de vida das pessoas, uma intervenção que vai marcar a Cidade, que vai transformar a Cidade numa Cidade muito mais moderna, ainda muito mais usufruível pelos cidadãos e, isso é muito importante que o possamos aqui dar nota do ponto de vista orçamental.

Promoção de eventos culturais, eventos culturais que, certamente servirão os Municípios mas, tornam-se decisivos também, para aquilo que é a competitividade desta Cidade em matéria de turismo.

Apoios e equipamentos para a prática desportiva, um reforço daquilo que tem sido a política de apoio nestas áreas e, portanto mais algum investimento e a reposição de algumas condições nalguns equipamentos que estavam a precisar dessa mesma manutenção.

Muito rapidamente, já algumas destas questões que, nomeadamente a primeira, investir, inovando e modernizando a Cidade, já tratei nos slides anteriores. Manter impostos baixos também me parece evidente por aquilo que eu descrevi. Conter e otimizar a despesa corrente do Município, também decorre, aquilo foi o esforço, a despesa corrente do Município vai diminuir muito fruto daquilo que foram um conjunto de investimentos realizados nos últimos anos que, estão agora a ter impacto do ponto de vista dos custos que o Município tem e portanto, o Município está a comprar melhor, está a desenvolver melhor o seu trabalho e, este trabalho vai ser evidentemente prosseguido, é um trabalho que não tem fim estaremos sempre atentos a tudo o que é inovação e tudo o que são novos processos e novos métodos que nos permitam melhorar aquilo que é o desempenho do Município. Mas também gostaríamos de dizer com toda a frontalidade que, nós não estamos perante um Município obeso, nem perante um Município que desperdiça o seu recurso. Temos muito para otimizar, aqui o único obeso sou eu, o Município está de muito boa saúde, não tem problemas cardíacos, tem certamente algumas gorduras localizadas como têm todas as organizações e todas as instituições, mas cá estaremos para fazer manutenção aqui ou ali ou onde for necessário e, repor alguma redução naquilo que forem as áreas que, de alguma forma, pela dinâmica dos próprios processos estejam a não ser otimizadas do ponto de vista dos custos. Mas repito: Aquilo que é o trabalho dos trabalhadores deste Município, é um trabalho de boa qualidade, que certamente terá muito para

melhorar mas, não podemos de modo nenhum, trazer para cima da mesa uma abordagem que possa, de alguma maneira ser interpretada pelos munícipes, que este Município é um Município obeso e que está a precisar de alguma terapia de choque do ponto de vista do emagrecimento.

Por outro lado, reduzir a dívida, nomeadamente alienando ativos não estratégicos, é uma política que ?enuncio? nos últimos anos com sucesso, tem reflexo orçamental, nomeadamente naquilo que é o serviço da dívida, tem sido algo muito importante que nos permite hoje, investir mais e melhor, porque conseguimos reduzir a dívida, uma dívida que atingiu expressão completamente, eu diria, asfixiante em dada altura e, que paulatinamente temos conseguindo reduzir e, hoje o Município de Lisboa, como eu referi, nomeadamente através de indicadores, digamos fiáveis como seja o spread, conseguido num processo de obtenção de empréstimo, é reconhecido por todos que, essa mesma saúde do Município do ponto de vista financeiro.

Por outro lado consolidar a política tributária do Município. O Município introduziu um conjunto de novas taxas este ano e, com uma taxa a ser introduzida no princípio do próximo ano. Esse processo está a precisar de ser consolidado, nomeadamente no que diz respeito á taxa de resíduos urbanos e de saneamento, ele já é um processo que entrou nalguma rotina, alguma informação ainda será preciso prestar para que, os munícipes possam perceber melhor o que é que está em causa, que pressupostos é que aquelas taxas têm por base e portanto, digamos que, desse ponto de vista há alguma informação a fazer, mas do ponto de vista da cobrança e da execução das taxas, estão digamos, a atingir aquilo que é a normalidade.

A taxa Municipal de Proteção civil começou a chegar esta semana a casa dos munícipes. A taxa Municipal de Proteção civil, como sabem, é da maior importância para autonomizar o financiamento desta área e, para podermos fazer o investimento e a inovação que esta área precisa no Município de Lisboa. Portanto, vamos monitorizar todo este processo. Ele é um processo que está a correr, obviamente como todas as novas taxas e podemos aqui dar um conjunto de exemplos, têm alguma litigância, até o IMI famílias que parece bastante mais consensual está a ter alguma litigância e, portanto com toda a tranquilidade de quem tem a certeza que está desenvolver políticas tributárias justas, equitativas, estamos a desenvolver esse processo vamos monitoriza-lo e, daremos conta a esta Câmara logo que ele se vá desenvolvendo e tendo alguns dados.

A taxa turística, como sabem tem duas componentes, numa delas estamos a trabalhar e estamos a negociar e portanto, não há muita coisa a dizer. A seu

tempo também traremos aqui a informação, que é a taxa de chegadas. Quanto á taxa de dormidas, o processo está bastante mais avançado, há um largo consenso sobre a importância dessa mesma taxa, muito veio ajudar para que isso acontecesse, quer um estudo da DEGAL, aliás, pedido pela DEGAL á Universidade do Minho, que veio dizer que, esta área do turismo é claramente uma área na qual, do ponto de vista tributário, os Municípios devem atuar, mas também evidentemente, em breve traremos esses dados. Por toda a Europa, as grandes Cidades, as Cidades de média dimensão, têm taxas turísticas cada vez mais e, faz todo o sentido que o Município de Lisboa, também solicite àqueles que nos visitam, que partilhem connosco o esforço que a Cidade tem que fazer libertando os Municípios, de uma parte desse esforço que a Cidade tem que fazer, dizia eu, para ter, digamos, qualidade, oferecer qualidade, oferecer beleza, oferecer genuinidade.

Valorização do trabalho do trabalhador do universo Municipal de Lisboa, foi outro ponto que foi fundamental na construção deste orçamento. Já falamos aqui muito da Proteção civil e, daquilo que é o trabalho e, os trabalhadores e, a melhoria das condições do trabalho e as condições dos trabalhadores do Município nesta área, mas isto é extensível evidentemente, a todo o Município, vamos melhorar continuamente as condições de trabalho, quer sejam instalações como todos sabem nomeadamente pelos 3 polos, concentração em 3 polos mas, ao nível de equipamentos, informática, as próprias, a alteração de algumas condições de alguns espaços de trabalho e, portanto esse desenvolvimento vai ser feito, nomeadamente em 2016 com enorme investimento. Por outro lado há uma outra área, aqui também a ser desenvolvida que terá um reflexo importante em 2016 que tem a ver com a projeção para o exterior daquilo que de melhor fazemos no Município de Lisboa, tentando de alguma forma contrapor aquela ideia muito cara, nomeadamente aquilo que foram os anos de vida pública em Portugal e, que desvalorizar aquilo que é o trabalho em serviço público e criar, de alguma forma uma imagem deteriorada e não verdadeira daquilo que é o trabalho e o empenhamento nas áreas de trabalho públicas, vamos tentar mostrar, pela via contrária que, de facto, no Município de Lisboa se desenvolve um excelente trabalho, de excelente qualidade, que estamos a par de qualquer capital Europeia e que por isso mesmo, vale a pena mostrar essa mesma forma de trabalhar esses mesmos processos.

Por ultimo, melhorar continuamente o sistema de compras, nomeadamente através de processos mais eficientes e transparentes, eu já me fui referindo aqui, de alguma forma, a estas áreas, vamos intensificar e melhorar aqui

alguns procedimentos, cada vez mais com uma abordagem de comparação com outros Municípios, tentando introduzir aqui alguns referenciais, que nos permitam também, de forma mais eficaz, irmos acompanhando a melhoria destes processos, aderindo a centrais de compras Internacionais, aderindo a programas de “benchmark” internacionais, estando de alguma forma na primeira linha de um conjunto de iniciativas, que passam por compras verdes, compras com abordagem socialmente relevantes, portanto, há aqui um conjunto de matérias que estamos a trabalhar e que a seu tempo também daremos nota a esta Câmara

Que é uma distribuição que nos permite ver por áreas de intervenção, a distribuição daquilo que é o plano de investimento municipal, há aqui um conjunto de áreas, das 3 mais, digamos com as fatias do queijo mais substantivas, a reabilitação do edificado, a requalificação do espaço público e os serviços urbanos, todos na ordem dos 60 milhões de euros. Depois há ali um conjunto de 4 fatias, um pouco menores, que andam na casa dos 30 milhões de euros, valorização dos trabalhadores, cultura, direitos sociais e manutenção da cidade.

Uma outra forma de ver o mesmo orçamento, já agora chamo a atenção, para a fatia que diz reforma administrativa, que é, são as transferências para as juntas de freguesia. Há depois uma fatia enorme no eixo A, Lisboa mais próxima, onde estão um conjunto de intervenções que foram referidas anteriormente, nomeadamente a uma Praça em cada bairro, Lisboa sustentável, uma outra área onde há uma enorme intervenção e o Eixo Lisboa inclusiva num grande equilíbrio, diria eu, entre as áreas de intervenção, sendo que Lisboa mais próxima evidentemente que é a maior aposta a data.

Olhando muito sucintamente para o quadro comparativo do orçamento 2015/2016, ele apresenta do ponto de vista receita, um crescimento de 25 milhões de euros, passando de 698 milhões para 723 milhões. A receita corrente tem uma queda que será explicada pelo diretor municipal, e a receita de capital tem um acréscimo e digamos este é o quadro macro.

Queria referir com que de forma muito clara, que houve uma preocupação evidentemente com a redução, há aqui preocupação com a redução da receita corrente, mas elas também tem ali algumas situações excecionais que vão ser explicadas. A estimativa prudente na receita, a DMF quando lhes pedimos para traçar os diferentes cenários 2016, apresentou nos 3 cenários, nós optámos pelo cenário mais prudente e é esse que está aqui traduzido em termos orçamentais, isso depois teve um outro reflexo que eu já vou referir, mas

digamos o cenário de 723 milhões de euros, é o cenário mais prudente relativamente aquilo que é estimativa da receita.

Relativamente aos quadros comparativos da despesa de 2015 /2016, temos um decréscimo das despesas correntes, aliás como tinha sido solicitado e um aumento das despesas de capital que evidentemente não se pode investir, nomeadamente fazer investimentos estrutural sem esse aumento dessa despesa de capital.

De referir aqui, como nós utilizamos a estimativa mais prudente da receita, e portanto consequentemente a despesa também reflete dessa mesma prudência, solicitamos aos serviços que desenvolvessem um conjunto de outros projetos e iniciativas, que permitam caso a receita venha a crescer para os cenários intermédios ou mesmo pelo cenário mais otimista da direção municipal de finanças, o município possa responder ativamente aquilo que serão esses imputes, e portanto é por isso que estão 120 e qualquer coisa milhões, em despesa não definida que será acomodada evidentemente em face desse mesmo crescimento da receita caso venha a acontecer, se não vier a acontecer certamente não será executado, não está definida, se vier a acontecer o município está preparado para lhe responder com eficácia e determinação.

Este é a evolução de prazo médio de pagamentos e que tem este gráfico, portanto a tal consistência, naquilo que é o prazo médio de pagamento. Este é o método empresarial, o método que é utilizado pela DEGAL, utiliza os 4 semestres anteriores, e eu, isso vai trazer aqui uma diferença substancial quando apresentarmos os próximos dados, porque digamos que este semestre em que, o 3º semestre em 2014, em que o prazo médio de pagamento ainda é 74 dias vai desaparecer dessa abordagem e portanto digamos vamos ficar tanto no prazo médio que era calculado empresarial, quer calculado pelo método da DEGAL, vão ter exatamente o mesmo valor.

Relativamente a consolidação da política tributária do município, só para referir um pouco mais a questão de que a taxa turística, é uma taxa que será aplicada no fundo de desenvolvimento turístico, e este é um aspeto muito relevante da abordagem tributaria sobre está matéria, não, criamos uma taxa para financiar a atividade corrente da Câmara, criamos uma taxa para financiar o investimento associado ao turismo da cidade e codecidido, ao co analisado, co proposto com aquilo que são as estruturas e os diferente “players” da cidade nesta área.

Já referi todo isto, isto também já e aqui também já, eu agora gostava só de vos mostra algo que parece que é teimosamente, está com alguma dificuldade

de passar e eu até peço alguma ajuda á oposição, porque de fato talvez com um grande esforço entre todos consigamos passar esta mensagem.

É que quando vamos comparar, aquilo que são os nossos impactos relativamente á taxa, as diferentes taxas, mas deste caso as tarifas associadas ao saneamento e aos resíduos urbanos, percebemos claramente que naquilo que é a nossa área de competitividade mais direta, que é a área metropolitana de lisboa para os mesmos consumos, nós ocupamos ali a 5ª posição. O que não deixa de ser interessante quando, digamos algumas das forças politica que mais nos criticam, sobre algumas matérias, para além de uma responsabilidade direta sobre aquilo que foram a criação destas taxas e imposição destas taxas ao município. Depois ocultam esta parte que é, dentro de aquilo que é a possibilidade que o município tem de fixar os valores de taxa, que recorde é imposta por legislação nacional, regulamentada pela ERSAR, e que traduz aquilo que são os custos efetivos do sistema de resíduos urbanos e sandiamente, ocupamos a 5ª posição.

Portanto, eu conto com todos para que de fato possamos passar esta mensagem correta aos municípios de lisboa, que eles não são os massacrados das taxas e dos impostos municipais, mas estão numa posição bastante confortável, bastante competitiva, naquilo que é a comparação nomeadamente área metropolitana de Lisboa.

Mas isto é só para a taxa de resíduos urbanos, ou para a tarifa de resíduos urbanos e saneamento, que é aquela em que repito o município de lisboa não decidido criar, foi-lhe imposto que cria-se, e portanto não me parece que seja legitimo abordar isto de outra forma que não está, fazendo passar a mensagem aos munícipes que foi uma decisão deste executivo, criar estas duas taxas. Aliás este executivo ponderou até ao último momento fazendo com que durante vários anos nos munícipes de lisboa, não tivessem, a quem não tivesse sido cobrado esta taxa, porque o município não introduziu a taxa como podia ter feito, de forma gradual tempos antes, introduziu-a num único momento e de fato foi um grande impacto, foi essa a decisão que me parece agora que foi uma decisão acertada.

Mas aqui de fato, a coisa ainda é mais expressiva.

O IMI como eu disse, é o IMI mínimo que podemos e como sabem, bem eu pedia, peço desculpa, pedia só alguma atenção, porque pode ter sido uma matéria sobre a qual andássemos todos a dizer aquilo que é verdade, mas não sendo e havendo aqui uma sensação minha crescente, de que há uma vontade de não mostrar aos munícipes qual é a verdadeira, o verdadeiro impacto e tal é a verdadeira politica tributaria municipal, então se calhar avalia a pena alguma

atenção, porque depois vão dizer que não sabem, que não perceberam bem, e depois isto é um bocado triste andarmos a dizer coisas diferentes daquilo que é verdade.

Relativamente ao IMI o 0,3%, que é como eu disse um compromisso assumido por todos. Se ainda assim acrescentarmos ali a taxa municipal de proteção civil, continuamos a estar abaixo de Oeiras e dos 16 municípios que estão aqui para este lado e portanto, a mim parece-me claro, que não vale apenas andar a dizer coisas que não são verdade, vale apenas olhar para aquilo que é realidade e para aquilo que é verdadeiramente da Política Municipal comparada com os outros, que são dados oficiais, não andámos a inventar absolutamente nada.

E aqui então, é extraordinário, podemos olhar para a Área Metropolitana toda, a esmagadora dos Municípios fixa a Taxa no máximo em 5%, nós fixamos em 2,5, deixando a uma distância brutal qualquer um dos outros Municípios, e portanto, se calhar valia a pena que também sobre esta matéria houvesse verdade naquilo que é dito sobre a nossa Política Fiscal.

Bem, eu depois desta apresentação, digamos mais genérica do Orçamento, se o Sr. Presidente permitir, passava a palavra ao Diretor Municipal de Finanças, para que ele possa explicar um pouco melhor os dados do ponto de vista mais material, e depois, como é evidente, estaremos completamente disponíveis para o debate que se segue.

O Sr. Presidente: - Muito obrigado, Sr. Vereador. Passo então a palavra ao Dr. Nelson Sousa, pedindo naturalmente brevidade e concisão.

O Sr. Dr. Nelson Sousa: - Muito bom dia, muito obrigado Sr. Presidente, Srs. Vereadores.

Naturalmente, tenho todas as condições para ser conciso e rápido, primeiro, porque os documentos que estão hoje em discussão, quer o Orçamento, quer as Grandes Opções do Plano, foram distribuídos com a devida antecedência, diria até, com maior antecedência do que aquela que é determinada como mínimo no Regimento deste Órgão Executivo, e também porque o Sr. Vereador com o Pelouro das Finanças também já apresentou as principais linhas de força do próprio Orçamento.

Queria no entanto, precisar apenas e esclarecer alguns dos números que estão contidos na Proposta de Orçamento que é submetida à discussão deste Fórum. De uma forma muito rápida, podem ver aqui a evolução das diversas componentes da Receita prevista, que totaliza o valor dos 732 milhões de euros, e está aqui a comparação com o Orçamento inicial de 2015.

Aquilo que verificamos, é que existe uma estabilidade relativamente grande quando os números são comparados com 2015, no entanto queria fazer uma observação de caráter geral. Como sabem, desde o início do Mandato deste Executivo, foi fixada, pelo menos para mim, enquanto responsável pela Direção Municipal de Finanças, pelo então Vice-Presidente e pelo agora Vereador das Finanças, uma Agenda que tinha como objetivo, uma Agenda de Trabalho, que tinha como objetivo a estabilização financeira da Câmara.

E essa estabilização financeira tinha várias frentes de atuação, uma no domínio da gestão do Stock de Dívida, no sentido de diminuir, no sentido de fazer com que custasse menos ao Orçamento da Câmara; mas uma outra também de estabilização financeira, que passava pela resolução de um conjunto de problemas com impacto financeiro e nomeadamente com impacto no Orçamento anual que apresentamos a este Executivo.

Refiro-me a um conjunto de situações que já se prolongavam, algumas delas desde há dezenas de anos, e que naturalmente constituíam prioridade, não só naturalmente da DMS, mas de todas as Direções e de todos os Vereadores Executivos da Câmara Municipal de Lisboa.

Dou 3 exemplos, e são exemplos que de uma forma paradoxal influenciam de forma, podemos dizer negativa, esta fotografia que vocês vêm aqui projetada. O que é que eu quero dizer? Quero dizer o seguinte, o ano 2015 foi um ano de regularização de situações do passado, que geraram Receitas e que naturalmente por terem sido de natureza extraordinária, são irrepetíveis portanto neste ano, portanto.

E digo que tem um efeito negativo paradoxal, e aponto 3 exemplos. No domínio dos Rendimentos, ah, desculpem lá, mas eu estava a falar da Receita e tinha o slide da Despesa, eu já lá vou à Despesa, portanto no domínio da Receita, aquilo que vemos, por exemplo, nos Rendimentos de Propriedade tínhamos, portanto temos uma redução de 21 milhões de euros de Receitas, quando comparamos o Orçamento deste ano com o Orçamento do ano passado, aquilo que se passa é que o ano passado.

Portanto, ou seja, o ano passado é o presente ano de 2015, foi o ano de regularização, de um diferendo que a Câmara tinha com a EDP, no âmbito das verbas, dos encontros de contas e nomeadamente do esclarecimento de alguns aspetos do Contrato de Concessão. Este problema foi resolvido, significou um montante de Receitas de natureza extraordinária e pontual, este ano, de 22 milhões de euros, e que naturalmente não se vão repetir no ano seguinte.

Um segundo exemplo, tem a ver com a Revisão que operámos, ainda no final de 2014, das nossas relações financeiras com a EPAL. Aquilo que se passava com a EPAL, é que naturalmente, nós temos movimentos financeiros nos 2 sentidos com a EPAL, a EPAL liquida-nos as Taxas e transfere-nos esses valores, e naturalmente, nós pagamos à EPAL os consumos da Câmara, quer os consumos gerais, quer sobretudo os consumos de natureza coletiva.

Aquilo que se passava desde a década de 70, é que existia um mecanismo de encontro de contas, que era a desfavor da Câmara Municipal de Lisboa, ou seja, aquilo que se passava, era que todos os anos ficava a Câmara numa situação de Credor de perto de 9 milhões de euros, que apenas eram regularizados em Junho do ano seguinte.

Aquilo que nós fizemos, portanto, foi rever essas condições e fazer aquilo que é relativamente fácil de acordar entre instituições que devem relacionar-se de um modo normal, e normal é nós fazermos o encontro das contas todos os meses, e é isso que estamos a fazer.

Aquilo que sucedeu, é que em 2015, portanto no presente ano, nós a partir de Janeiro começamos a fazer um encontro de contas como deve ser, ou seja acertando as contas, mas em Junho deste ano, ainda recebemos os 9 milhões de euros do encontro de contas do ano anterior, aquilo que se passa, é que naturalmente estes 9 milhões de euros que se registaram a mais neste ano, não se vão voltar a repetir em 2016.

Um último, portanto isto está contabilizado nesta Área da Venda de Bens e Prestação de Serviço, portanto Receitas de Vendas de Bens e Prestação de Serviço, está afetado por este movimento da EPAL, assim como também está afetado, por exemplo, com as Receitas daquilo que constitui a Remuneração que a EMEL paga à Câmara Municipal de Lisboa, que também em 2015 teve um ano de regularização de contas do passado.

Portanto fica aqui a explicação de caráter genérico, naturalmente, estaremos disponíveis para prestar informação com maior detalhe, mas que é importante para se ler e para se perceber aqui as Contas.

De uma forma mais rápida agora, os Impostos diretos naturalmente estão, tem um aumento global de perto de 24 milhões de euros, fruto de uma manutenção, de uma previsão de manutenção das Receitas do IMI, à volta dos 108 milhões de euros; do crescimento de 5 milhões de euros do IMT e de uma redução que está prevista de 30 milhões de euros da Derrama.

Perguntar-me-ão e colocarão a questão. O porquê desta redução de 29 milhões de euros da Derrama? Aquilo que se passa, é que nós em termos de Liquidação da Derrama até este ano, assistimos a um evoluir do valor liquidado

e transferido pela AT para a Câmara Municipal de Lisboa, de todo contraditório com as informações que todos nós dispomos, sobre o andamento e o crescimento muito intensivo da cobrança do IRC, a nível da AT.

Mas como a AT não nos dá nenhuma informação sobre o valor liquidado, e que eu volto a referir, tem vindo a diminuir e a ser prostergado em matéria da sua liquidação. O que é que eu quero dizer com isto? Nós, normalmente, chegávamos a Agosto e tínhamos a Derrama praticamente a 90 e tal por cento cobras, este ano isto foi prostergado a transferência, em Setembro ainda recebemos uma quantia significativa, e em Outubro ainda recebemos 15 milhões de euros de Derrama.

Portanto, mas mesmo assim, tudo somado, nós tínhamos uma previsão de 70 milhões de euros de Derrama para este ano, e pelas nossas previsões, não devemos ultrapassar 53 a 55 milhões de euros, daí a nossa previsão, até porque temos que cumprir a regra de não crescimento das Receitas Fiscais, a nossa previsão desta redução da Derrama, portanto ficam aqui as explicações e são aquelas que são possíveis de se dar.

Nas Taxas, portanto há aumento de 6 milhões de euros, que correspondem à introdução e à aplicação pela primeira vez, da Taxa de Turística relativamente às dormidas, como sabem, não foi aplicada em 2015; corresponde em sentido contrário, a uma eliminação da Taxa de Conservação de Esgotos, que este ano ainda teve uma parcela de perto de 4 milhões de euros, apesar de já não ter sido liquidada, e a um aumento ligeiro das Taxas Urbanísticas e da Ocupação de Via Pública.

Nas Transferências Correntes, que está inalterado, 38 milhões de euros, a esmagadora parte desse valor refere-se às Transferências relativas ao IRS. Volto a frisar aquilo que o Vereador das Finanças já vos transmitiu, que foi que aqui, de facto para os Municípios, o crescimento das Transferência do IRS não pode ser superior a 5%, ou seja, o peso efetivo, uma vez que a evolução do IRS traduziu-se no enorme e muitas vezes, portanto num enorme aumento do IRS cobrado nos últimos anos com taxas de crescimento a dois dígitos e até mais durante alguns anos durante este período, para os municípios teve um Kep de 5%, ou seja, os municípios não beneficiaram na mesma medida do aumento de IRS que se verificou a nível global e temos, digamos, temos aqui um IRS mais portanto controlado. Em termos de despesa aquilo que queria dar explicações desde já relativamente a algumas da rubricas. O Pessoal tem um aumento de 6 Milhões de Euros que é consequência resultado da reposição dos cortes salariais, tem como efeito positivo a economia nos salários dos trabalhadores com quem se procedeu a uma contratação para a excisão

amigável nos termos da legislação existente mas também a tem sobretudo um aumento decorrente da necessidade de contratação de assistentes operacionais, quer de cozinheiras, quer de coveiros, e portanto outras categorias que naturalmente se considerem imprescindíveis para que o município possa desempenhar as suas ações. Na aquisição de bens e serviços um ligeiríssimo acréscimo também, embora esse ligeiro acréscimo seja mais do que justificado por duas componentes que de alguma forma são duas componentes de custos mas que representam de algum modo uma evolução virtuosa, ou seja, é um custo virtuoso. Confirmando, acréscimo das comissões de cobrança das taxas e dos impostos e refiro-me também aqui ao começo a intensificação da utilização do mecanismo de locação financeira como modelo de financiamento como aquisição de equipamento informático. Portanto estas duas rubricas representam um aumento da despesa em aquisição de bens e serviços superior a 5 Milhões de euros, ou seja mais do que explicam aquela variação. Também estão aqui um valor também digno de registo de aumento relativamente às refeições escolares quer devido à abertura de novas escolas, quer devido também às necessidades de assegurar dotações para os concursos. Nas transferências correntes, nada portanto aqui de significativo a assinalar ainda que seja digno de registo que estão aqui contabilizados as transferências para a GEBALIS de 10,4 Milhões de Euros para apoiar e financiar o Contrato Programa que foi aprovado este ano e uma redução da transferência prevista para a EGEAC fruto também de um trabalho que se fez aqui em conjunto com esta empresa municipal no sentido de rever as condições de fiscalidade indireta que insidiam sobre as transferências para o município. Finalmente deixei para último lugar duas rubricas que têm a ver com juros e outros encargos, tem uma redução de perto de 50% e também com o esforço que está nesta última linha dos ativos e passivos que também tem uma redução de perto de 10 Milhões de Euros. E deixei para o fim estes números porque eles também são já também resultado de uma outra frente de estabilização financeira do município que foi a frente da renegociação da dívida da Câmara Municipal de Lisboa. Com, naturalmente com uma presença sempre permanente quer do Presidente, quer do Vereador encetamos um conjunto de contactos com os nossos financiadores no sentido de rever portanto as condições que a Câmara tinha na contratação das suas empresas. Antes porém, antes de partirmos para esta tarefa, naturalmente fizemos aquilo que nos competia fazer que era dar credibilidade financeira, portanto à Câmara Municipal de Lisboa, melhorar de uma forma substantiva a capacidade de gerar receitas, para assim conseguir obter uma dotação de crédito uma dotação de

risco que nos permite neste momento ter acesso a taxas ou Spreds também bastante baixos. Os resultados estão aqui, os juros vão baixar em 50% em 2016 e também o serviço da dívida fruto quer do abate da dívida, quer também da melhoria de algumas das condições que têm reflexos no conjunto dos ativos e passivos financeiros. Ficam aqui os registos, estes registos mais importantes que apenas ajudam a melhor entender o conjunto dos números e o conjunto dos documentos que vos foram submetidos para vossa apreciação. Muito obrigado.

O Sr. Presidente:- Muito obrigado Sr. Diretor por esta importante exposição. Damos então seguimento ao nosso debate relativamente a essas propostas. Eu... saber quem são os Vereadores que estão inscritos... Vereador António Proa, não sei... Vereador Carlos Moura. Vereador António Proa.

O Sr. Vereador António Proa:- Muito obrigado Sr. Presidente, Sras. E Srs. Vereadores . Agradeço as exposições que tivemos a oportunidade de observar. Eu tinha duas questões prévias, talvez até por ordem cronológica dos seus desenvolvimentos ou talvez inversa...uma primeira é mais concreta, diz respeito a uma .. duas mais precisamente, duas questões , dois pedidos de esclarecimento que eu tive a oportunidade ainda na semana passada de endereçar em nome dos Vereadores do PSD e ao Sr. Vereador das Finanças e que não obtive sobre elas qualquer resposta, nem em momento anterior a esta reunião, nem tão pouco o Sr. Vereador teve a oportunidade durante a sua exposição de me esclarecer relativamente a duas dúvidas quanto à elaboração do orçamento. E era importante obter esse esclarecimento embora pudesse ter sido desejável que eu tivesse sido esclarecido em momento anterior a esta reunião, gostava ainda assim que o Sr. Vereador pudesse proceder às respostas que são devidas. E eu eventualmente aguardaria, se o Sr. Presidente achasse adequado e caso o Sr. vereador tivesse a amabilidade de responder, eu aguardaria pelas respostas para prosseguir a minha intervenção... se o Sr. Vereador a quiser dar como é evidente ...

O Sr. Presidente:- Gostava de conhecer as perguntas.

O Sr. Vereador António Proa:- Com certeza. Eu.. as perguntas são, eram em concreto duas. Uma delas diz respeito ao pedido de esclarecimento relativamente à data considerada para a elaboração do orçamento. E isto tem que ver com o seguinte, em função da data considerada e esse esclarecimento

não é prestado nos documentos do orçamento, podemos estar perante ou não um valor que não cumpre a Lei no que diz respeito à venda de bens de investimento porque se a data for uma excede o limite que ela impõe, se a data for outra não excede e era esse esclarecimento que eu pedi para obter. Eu posso adiantar, aliás eu na pergunta que enderecei ao Sr. Vereador e que aliás em qualquer caso pedirei o favor de ser distribuída, em qualquer caso eu procurei adiantar no sentido de fazer o exercício considerando o dia de 30 de Setembro como data limite de elaboração a partir da qual o orçamento foi distribuído nos primeiros dias de Outubro e portanto, considerando o dia 30 de Setembro de fato há um excesso de 17 Mil Euros no valor fixado no orçamento para a Venda de Bens de Investimentos. A segunda questão Sr. Presidente tem que ver com pedido de esclarecimento quanto ao valor de quase 102 Milhões de Euros constante em Outras Receitas de Capital que tem um aumento muitíssimo substancial face a anos anteriores. É um rubrica considerada normalmente como residual, aliás o histórico indica isso mesmo e este ano não é e a questão que eu coloquei foi no sentido de poder ser esclarecido, ser fundamentado no orçamento qual era esta a razão de ser deste montante tão elevado. Nenhuma das questões obtive resposta e eram essas que eu gostava de obter, se possível, senão continuarei a minha intervenção Sr. Presidente.

O Sr. Presidente:- Sr. Vereador, Sr. Vereador João Paulo Saraiva estamos em condições de...

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva:- Muito obrigado. Bem, peço desculpa de fato, nós podíamos ter respondido mas as respostas também eram tão fáceis de dar que acabámos por traze-las para aqui. É certo que a Lei diz que nós devemos considerar a média para a receita de venda de bens de investimento, devemos considerar a média do mês que antecede... que precede a elaboração do orçamento. Ora como esta, como aliás como muita da legislação portuguesa está feita para todos os municípios, eu admito que em Freixo-de-Espada-à-Cinta possa ser 30 de Setembro mas em Lisboa, dado que o processo de construção orçamental como eu tive oportunidade de explicar no início da minha intervenção, é um processo até pela dimensão da instituição, um pouco mais demorado, nós considerámos, digamos, a média tendo por base o dia 31 de Agosto, que é o mês que precede e mesmo assim já estamos dentro da elaboração do orçamento mas digamos que ainda era possível de acomodar a gestão daquilo que são ..mas de qualquer forma eu saliento que a

relevância do valor em causa são 17 Mil Euros. Portanto eu admito que se estivéssemos em excesso estávamos a cometer um erro gravíssimo, 17 Mil Euros em 723 Milhões. De qualquer forma para sermos mais , digamos, certos sobre a matéria o valor está correto, não há nenhum excesso de 17 Mil Euros na receita porque foi considerado 31 de Agosto, como aliás convirá o Sr. Vereador dificilmente poderia ser de outra maneira dada esta organização ter ... e este volume financeiro e todo este conjunto de estruturas e ainda assim cumprimos a Lei Sr. Vereador porque é o mês que antecede a elaboração do orçamento. Bem esta é a primeira análise, a segunda questão eu o Sr. Vereador coloca tem a ver com as outras receitas. O que aconteceu neste último orçamento ou nesta última .. último orçamento de Estado é que foi criada uma regra que em grande medida tampouco na administrativamente aliás como faz sobre outras matérias, sempre naquela prerrogativa que os municípios são entidades de desconfiança e portanto vamos lá ver como é que lhes dificultamos a sua própria gestão, foi criada uma regra q é esta regra que aliás é uma regra nova, como sabe. Nos anos anteriores era utilizada em muitos.. então se andarmos lá para trás na história a seu belo prazer e portanto depois quando se vai para o Governo e se sabe o que é que se andou a fazer é mais fácil criar tampões. Venda de bens e investimento tem que ser tamponada á media dos últimos 36 meses. Ora, o município de Lisboa é tamponado e portanto esta regra é igual para todos os municípios, o município de Lisboa é tamponado como já o Sr. Diretor Municipal e como todos os municípios é tamponado sobre a questão da receita em várias rubricas e obviamente obedece estritamente aquilo que são as prerrogativas legais e contrariado nalgumas matérias e como é evidente de forma que lhe dificultem muito a sua gestão orçamental, vai respondendo afirmativamente e vai respondendo dentro da legalidade daquilo que são os tampões criados mas são completamente artificiais. E se por um lado há uns anos atrás era possível inflacionar os orçamentos e isso depois ter uma tradução no endividamento, nos dias de hoje isso não acontece porque existe a Lei dos compromissos e dos pagamentos em atraso que não deixa assumir compromissos além daquilo eu é a capacidade de responder afirmativamente por parte dos municípios. Eu percebo que isto seja bastante traumático porque de fato no passado não era assim e deu para digamos, os maiores forrobodós financeiros, que aliás foi o que aconteceu aqui neste município. Mas dizia eu que sobre esta matéria nós cumprimos, sobre as outras receitas cumprimos estritamente a Lei mas não pudemos deixar de tentar acomodar em outras receitas aquilo que é a nossa expectativa global de angariação de receita sob pena de prejudicarmos as boas

práticas de gestão do município sob pena de deixarmos de fora mais de um milhão de euros, mais... desculpem... mais de 100 Milhões de Euros daquilo que são as receitas espectáveis do município e isso do ponto de vista prático atrasar um conjunto de investimentos que o município necessita, atrasar o processo de amortização de dívida que o município necessita até para libertar mais capacidade de investimento que era a consequência que teríamos se em vez de colocarmos em sede orçamental estes cerca de 100 Milhões de Euros e eu repito, é uma estimativa prudente da receita mas dizia eu, acomodarmos estes 100 Milhões de Euros sob pena de o termos poder a fazer só lá para o final do ano e na prática ficarmos com um excesso de receita não utilizada e portanto não valorizada em funções dos municípios e das suas necessidades durante mais de um ano. Portanto esta é a forma que nós encontramos dentro da legalidade respondermos a uma situação de exceção que tem a ver com o facto de o município de Lisboa ir ter uma receita bastante digamos anormal do ponto de vista de um conjunto de áreas e responder também à travagem imposta administrativamente por parte do próprio Estado. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador desculpe, só pedir a palavra só aqui no sentido de síntese. O que está em causa é a venda do terreno de Entre-Campos, é isso? Pronto ok.

(diálogos fora do microfone)

O Sr. Presidente (cont.): - Certo. Como se compreenderia era um bocado absurdo que não estivesse incluído no orçamento. Sr. Vereador António Proa para continuar.

O Sr. Vereador António Proa: - Muito obrigado Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu começo por solicitar depois uma cópia da transcrição desta intervenção do Sr. Vereador no que diz respeito à justificação do valor colocado na rubrica referente às Outras Recitas de Capital. Acho que pode vir a ser interessante em matéria de rigor, porque em matéria de rigor também os tais 17 Mil Euros não são, são 17.567.45 Euros. Em matéria de rigor também não é em relação à globalidade do Orçamento em relação ao valor referente precisamente à venda de bens de investimento e a verba de Bens de Investimento é bastante inferior à verba que o Sr. Vereador referiu, referiu a globalidade do orçamento. Só para nos mantermos no rigor que eu acho que é importante termos apesar

de eu estar muito tentado a entrar no registo do Sr. Vereador, vou por ora procurar registar quer ao tom quer ao estilo. Continuando, agradeço os esclarecimentos, em qualquer caso ainda uma nota para registar o fato do Sr. Vereador ter referido da complexidade extraordinária da elaboração do orçamento em Lisboa mas ao mesmo tempo dizer que ele ainda assim conseguiu ficar mais cedo que os outros municípios todos. É tão complexo que ainda consegue ficar pronto mais cedo.

O que eu sugeria era que, em anos futuros, dado que o orçamento ficou concluído tão cedo, pudesse também ser distribuído mais cedo do que nos dias de Outubro, porque se ele ficou concluído em Agosto, ao longo de todo o mês de Setembro podia ter sido distribuído, mas fica o registo e o esclarecimento sobre a data de conclusão do orçamento deste ano.

Sr. Presidente, esclarecido que estou, sobre as questões que foram referidas, nem sequer vou tecer considerações sobre a legalidade da consideração desta verba das outras receitas de capital, ficará eventualmente, para quem de direito apreciar. Eu ia-me então referir ao orçamento, começando Sr. Presidente, por dar nota do seguinte: Na sequência dos contatos que existiram no âmbito do direito da oposição o PSD comunicou a sua intenção de apresentar algumas propostas, no sentido de se poder encontrar algum entendimento sobre este orçamento e, indo ao encontro daquilo que foi anunciado nessa reunião, nós apresentaremos hoje, 1 proposta e 2 moções que, eu passaria sucintamente só a referir e pediria pois Sr. Presidente com a sua autorização, naturalmente, que pudessem ser distribuídas para serem devidamente apreciadas. E os assuntos que são referidos são, por um lado, no que diz respeito e, dado que estamos também a tratar do conjunto de outras propostas para além do orçamento, uma proposta que preconiza o aumento em meio ponto percentual da devolução de IRS aos munícipes. Tínhamos dado essa nota no contato que tivemos e, formalizamos hoje essa proposta de alteração que, no fundo é uma proposta de alteração á proposta de devolução do IRS. E depois também a incoerência com o que as preocupações que manifestámos, propomos uma alteração, eu diria que é significativa, relativamente á taxa de proteção civil, no sentido de quase criar uma taxa com uma designação diferente porque entendemos porque a taxa de proteção civil, tendo em conta os fins a que se destina, se deve centrar exclusivamente nos imóveis e nas atividades que, efetivamente promovem o aumento do risco, ou seja, tem um risco para além daquele que é o risco normal da vida de todas as cidades. E portanto, o que defendemos é que haja uma taxa aplicada exclusivamente a imóveis degradados ou devolutos bem como atividades de particular risco. Essa moção que apresentamos aqui

no sentido de ser alterada a taxa de proteção civil dado que hoje não estamos a analisar a taxa porque a taxa já foi analisada no ano passado. Mas é uma moção que vai nesse sentido Sr. Presidente e, uma segunda moção Sr. Presidente que, defende o aumento da dotação definida relativamente ao plano de drenagem. O Sr. Vereador quanto a essa matéria teve já oportunidade de se referir, eu ir-me-ei referir a ela mais á frente mas, sinteticamente a moção defende o aumento da dotação definida aplicada ao plano de drenagem já este ano no orçamento de 2016. Portanto Sr. Presidente, 3 propostas que eu pedia o favor de poderem ser distribuídas pela Câmara Municipal.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador, gostava de lhe pedir um esclarecimento. Essas propostas, pelo que eu percebo, faz sentido é serem votadas hoje também?

O Sr. Vereador António Proa (cont.): - Sim, a intenção é essa, Sr. Presidente, não são propostas extra agenda porque têm que ver com a matéria que está agendada e nessa medida...

O Sr. Presidente: - Sim, mas são extra agenda porque não foram distribuídas para serem agendadas. Não constam da ordem de trabalhos.

O Sr. Vereador António Proa (cont.): - Ó Sr. Presidente, eu não queria insistir no formalismo, mas de acordo com o regimento e com a lei, podem a qualquer tempo durante a reunião serem apresentadas moções e propostas de alteração relativamente a assuntos que estejam agendados.

O Sr. Presidente: - Certo, certo. Só que a diferença é que: Se forem distribuídas atempadamente, são agendadas. Se forem distribuídas na reunião tem de ser votada a sua admissibilidade e pode não ser aceite. Relativamente a uma proposta nova?

O Sr. Vereador António Proa (cont.): - Ó Sr. presidente, eu acho que não é essencial insistir no formalismo, mas permita-me que ainda assim o faça, de facto...

O Sr. Presidente: - Acabámos de o fazer com uma proposta do PCP.

O Sr. Vereador António Proa (cont.): - São questões diversas, as propostas de alteração.

Sr. Presidente, as propostas de alteração, relativamente a propostas agendadas, não carecem de votação da sua admissibilidade, bem como moções, também não carecem de admissibilidade. Ainda assim Sr. Presidente, se o Sr. Presidente quiser nós sobre protesto, obviamente que participaremos na votação. Agora, estas propostas não são além do mais, não constituem novidade Sr. Presidente e portanto, permita-me alguma surpresa relativamente á sua preocupação porque nós anunciámos em reunião que eu referi que iríamos apresentar precisamente as propostas com estes temas, portanto, nem tão pouco a iniciativa nem o seu conteúdo deveriam ser surpresa. Eu tive uma reunião, não me ocorre a data em concreto, mas permita-me que esteja eu surpreso.

O Sr. Presidente: - Ó Sr. Vereador, não estou nada surpreso com o seu conteúdo, é só uma questão de organização dos trabalhos. O que eu acho é que faz sentido estas propostas serem debatidas e serem votadas hoje. Há pouco coloquei a questão e, até pedi aqui uma alteração ao nosso critério para podere admitir a do PCP para votarmos depois tudo em conjunto. No caso, o que me diz é que é uma proposta nova que está a apresentar? Ou é uma alteração a uma proposta existente?

O Sr. Vereador António Proa (cont.): - Sr. presidente, no que diz respeito ao IRS, nós estamos também a apreciar o IRS este ano porque todos os anos o temos que fazer. Portanto é uma alteração a essa proposta.

O Sr. Presidente: - Isso é uma alteração á proposta da Câmara? Muito Bem e a da proteção civil?

O Sr. Vereador António Proa (cont.): - São moções e não propostas Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Ah. Está bem, está bem, então peço desculpa entendi mal julguei que era uma proposta de alteração ao regulamento de taxas da proteção civil.

O Sr. Vereador António Proa (cont.): - Ó Sr. Presidente, permita-me também que lhe peça desculpa porque podia eventualmente ter entregue, pelo menos

ao Sr. Presidente, não podia tê-lo feito com muita antecedência porque elas não estavam prontas mas podia tê-lo feito antes e não o fiz.

O Sr. Presidente: - Muito bem Sr. Vereador, então muito obrigado. Então o que eu sugiro é que nós façamos depois a votação de todas estas propostas em seguida, não é? Todas as que têm a ver com esta matéria orçamental e financeira, as do PCP e, as que o Sr. Vereador agora apresentou, incluindo as próprias moções do ponto de vista de compactarmos o debate e o assunto. Muito bem Sr. Vereador. Eu passo agora a palavra ao Vereador Carlos Moura.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Muito obrigado Sr. Presidente. Bom, antes de mais, existem várias questões que têm que ser observadas aqui com as opções do plano e orçamento que nos é proposto. Sem dúvida que faremos uma outra intervenção, uma análise mais fina mais cuidada sobre a questão, mas perante aquilo que se nos foi, dado haver nesta apresentação, cumpre que se digam algumas coisas. Nós, obviamente valorizamos algumas das questões em que aqui aparecem, nomeadamente quando se fala em valorização dos trabalhadores e das suas condições de trabalho, nós não podemos deixar de as valorizar, no entanto, cumpre também que se diga que este orçamento tem muitas outras questões, inclusivamente fala na diminuição do número de trabalhadores, é uma perda de 170 trabalhadores que de novo a Câmara Municipal tem, agravando a situação que já vinha anteriormente. E, é bom que se diga também, que esta linha estratégica do orçamento, que aqui são apresentadas, que enfim, tem uma certa clareza quando nós vamos observar o orçamento propriamente dito, os eixos estratégicos do orçamento, os eixos planeados. Várias destas linhas estratégicas cruzam com a informação que lá está e, cruzam de uma forma que, não é imediatamente linear donde desde logo temos uma crítica ao orçamento que deveria ser passível de ser facilmente compreensível por todos os cidadãos.

Dois: Quando entramos na questão das reduções que são propostas em termos fiscais, nós batemos logo e chocamos logo com um princípio que a nós nos parece particularmente grave que é, bom, este governo deixou aos municípios o ónus de diminuir o peso fiscal sobre as famílias e os cidadãos, ora isto, parece-nos completamente errado logo do ponto de vista, de que deveria de caber ao Estado e não aos Municípios, não com as suas verbas que já são escassas, não quando temos um Governo que não cumpre a lei das finanças locais e portanto, imediatamente não deveria caber aos Municípios esta situação, este ónus mas sim, ao Governo central em sede de orçamento

do Estado. E não é isso que verificamos, mais verificamos uma coisa que nos preocupa particularmente, é que quando nós falamos do IMI e estamos a falar de IMI familiar, estamos a falar de uma redução que não temos a menor noção sobre os estratos e sobre os níveis de rendimento, os escalões de rendimento sobre os quais incide, onde podemos estar aqui a criar situações de uma injustiça fiscal muito acentuada. É verdade que esta proposta que é colocada sobre a mesa da criação de um teto, de alguma maneira acaba por mitigar isso, mitigar, mas mitigar não é resolver. Além disso Sr. Presidente, cumpre também que se diga que estamos a falar de um IMI sobre o qual recai por exemplo uma taxa de proteção civil que, basicamente acaba por incidir sobre a parte desse IMI, ou seja, estamos a devolver com uma mão e a retomar com outra via taxa de proteção civil, de onde me preocupou um pouco o gráfico que aqui foi apresentado porque isto de dizer que os valores são exatamente assim e seriam mesmo contabilizando a taxa de proteção civil estas coisas, no mínimo é uma interpretação um bocadinho criativa da realidade. E o mesmo se faz em relação á taxa de saneamento e de resíduos urbanos uma vez que é muito claro que as dimensões dos Municípios, a população que têm, o tipo de ocupação que têm, a ocupação da população pelos vários agregados urbanos que existem levam a custos sobre as redes de saneamento e mesmo sobre os sistemas de recolha e tratamento de resíduos muito diferentes de Município para Município e, portanto uma comparação imediata assim retirando todos os pressupostos, não nos parece a melhor maneira de se observar a realidade de se tirarem determinadas conclusões. E portanto, esta questão de dizer que os municípios em Lisboa nem são dos mais sacrificados, depende de outras realidades que era importante ter em conta para que não possamos fazer análises que acabam por não se verificar em termos da realidade. Depois, do orçamento propriamente dito nós verificamos uma coisa imediatamente, que as verbas, a percentagem do orçamento que está consignado á cultura e, mesmo aos direitos sociais, são percentagens que não chegam, por exemplo aos 10% do orçamento. Bom, aquilo que nós verificamos é que, se observarmos esta mesma realidade na área metropolitana de Lisboa e aí sim, podemos fazer uma comparação em termos de percentagem, temos valores significativamente superiores em termos percentuais destes custos do orçamento. E portanto, Sr. Presidente, de momento da minha parte, é aquilo que nos apaje dizer que é necessário uma observação muito mais cuidada sobre estas realidades que se nos apresentam e mais, é uma questão que se prende grandemente com as informações que nos são prestadas pelas autoridades tributárias. Dizia aqui o Sr. Diretor de Departamento, que a informação da derrama é uma informação

que é muitas vezes desconhecida e, que a sua entrega é postergada no tempo. Por maioria de razão, daquilo que vimos sabendo anteriormente de outros momentos também as informações relativas ao IRS, nós carecemos dessa informação em termos de escalões mas, informações relativas aquilo que é de facto entregue pelas empresas á luz dos direitos de passagem, ás autoridades tributária, é do desconhecimento total desta Câmara e, portanto nos nem sabemos se as verbas que nos são entregues pela autoridade tributária correspondem de facto, aquilo que é recebido e é entregue pelas várias entidades que, a esta questão estão obrigadas. E portanto, nesse sentido vai a proposta que apresentamos, muito embora tenhamos tido em boa nota aquilo que o Sr. Vereador do PSD o Sr. Vereador Fernando Seara nos diz sobre a legalidade, enfim, existirão seguramente formas legais que esta autoridade tributária possa dar á Câmara as informações requeridas necessárias para a sua gestão porque a nós nos é difícil entender que possa ser ilegal e não se possa encontrar uma maneira legal de proceder a uma informação e uma transparência do Estado, a menos que agora se entenda que pedir as devidas informações a quem devidamente as possui, se considere ilegal e a falta de transparência do Estado, uma coisa absolutamente normal na gestão do Estado e da sua relação com os Municípios. E portanto, Sr. Vereador nós, obviamente temos em atenção, até pelo seu vasto conhecimento na matéria e, pelas suas observações que poderá ter em relação até á melhoria de uma proposta deste tipo, agora sem dúvida não podemos considerar que tal não seja exequível exigir ao Estado a transparência que o Estado deve ter para com os Municípios e para com os Munícipes. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador.

O Sr. Vereador Manuel Figueiredo: - Muito obrigado. Sr. Presidente, Srs. Vereadores. Bom, aqui o Carlos Moura já me disse boa parte das questões que eu tinha aqui para colocar também, é evidente que da nossa parte, o PCP considera que as questões fundamentais quando nós estamos a discutir as grandes questões do plano e o orçamento do Município, as questões fundamentais são, naturalmente as questões políticas, as questões da estratégia que está vertida nesse orçamento e, neste caso eu gostava de reforçar aqui assim algumas ideias. Desde logo e como foi aliás salientado pelo Sr. Vereador, como é óbvio, as grandes opções do plano, prosseguem a uma estratégia definida pela maioria para este mandato, portanto e quanto a isso, novidade nenhuma, aliás se nós formos analisar as linhas do momento

estratégico das gops verificamos que elas são inclusivamente uma cópia das do ano passado, portanto quanto a isso nenhuma novidade. Também é importante para nós, digamos que, balizarmos a política e estratégia geral do Município que, essa política decorre sob um plano Diretor Municipal no qual não nos revemos, como é sabido na altura votamos contra, designadamente relativamente á política urbanística que nele está vertida e que prossegue como é obvio e não poderia deixar de ser de outra forma, digo eu, quer dizer, podia mas prossegue nas grandes opções que estão vertidas neste plano. Por outro lado ainda, digamos que há aqui uma outra baliza do ponto de vista mais macro, que nós não nos revemos também e que tem a ver com a descentralização de funções do Município para as Freguesias. Como é sabido nós tivemos contra a redução de Freguesias pelas razões que na altura foram ditas, não vale a pena agora repetir mas, também alertamos que, depois nessa sequencia esta política desta descentralização, de algumas tarefas que, a nosso ver, deverão ser competência do Município pela transversalidade que essas tarefas encerram e, digamos que poderiam levar e infelizmente parecem já estar a levar uma externalização nalgumas áreas, designadamente parece estar em curso com informações que tivemos, a externalização, por exemplo, na limpeza na Freguesia das Avenidas Novas que normalmente nos preocupa e, digamos que, estas são as balizas globais nas quais nós não nos revemos, apesar de considerarmos que há aqui assim alguns aspetos positivos e gostávamos de salientar. Desde logo, como foi enunciado como o Carlos Moura também já salientou, o aspeto da dignificação e valorização do trabalho e dos trabalhadores do Município, nós consideramos esse aspeto até muito importante e que está vertido e essa preocupação. Também devemos dizer que do ponto de vista, da apresentação e do ponto de vista da elaboração das peças que nos foram presentes, consideramos que há aqui uma melhoria, pelo menos uma melhoria na perspectiva da consistência, hoje já conseguimos ver que os eixos são os mesmos que se mantem, mas nós mesmo aqui assim também, já agora gostava de salientar e de solicitar alguns aspetos. É hoje possível e nós fizemo-lo, com esse trabalho, fazer uma comparação entre o que foi a execução de 2014, o orçamento para 2015 e agora o orçamento que aqui nos está a ser apresentado para 2016.

Se calhar, se destas peças torcessem alguns mapas comparativos desta área, podiam ser, digamos de algum apoio de alguma melhoria também, na sua apresentação.

Nós sabemos, os números vêm lá todos, mas vêm discriminados em tantas rubricas económicas que nos dá muito trabalho, ir a procura e de estar ali a

discriminar. Também, já agora nesta prestativa de melhoria, também achamos que os eixos e os sub-eixos podiam ser melhores repartidos e subdesenvolvidos, e digamos que nós com isso é verdade que com estes mapas quase tínhamos uma análise detalhada e daquilo que é importante do ponto de vista político e daquilo que os números traduzem, do ponto de vista político da estratégia do município, estas são as situações.

Globalmente, estamos perante um orçamento que nos parece um pouco ambicioso, embora registemos as intervenções do Sr. Vereador e da Sr. diretor municipal, designadamente quanto a situação da receita e quanto á eventual possibilidade da receita ser ainda maior, uma vez que existem verbas que poderão vir, designadamente a nível da derrama, por exemplo, que de fato é estranho, que tanta gente a anunciar que a economia esta tão melhor, tão melhor, tão melhor que depois vai-se a ver e afinal a verba da derrama é bastante inferior, quer dizer, há aqui alguma coisa que é estranho, e elas não coincidem, não é! Mas parecemos apesar de todo ambicioso.

O quê que nós temos aqui assim, temos aqui uma previsão de subida de cerca de 26 milhões, relativamente ao orçamento do ano passado e uma subida de 84 milhões relativamente ao executado em 2014.

O Carlos Moura também já se referi-o as situações que nós que nós não concordamos, que é o passar, digamos esta política do financiamento dos municípios, ser transferido de uma obrigação da administração central e do governo para os próprios munícipes, naquilo que não tem a ver com o município, porque evidentemente o caso do IMI, tem a ver diretamente. E nós como eu disse, como foi dito, nós não acompanhamos e naturalmente ainda menos acompanhamos a proposta do PSD, ainda de uma maior redução, de um maior aumento devolução do IRS aos municípios, aos munícipes, porque nós consideramos naturalmente e como é sabido e noutras esferas estamos pugnar por isso, para que seja revisto o IRS, designadamente as tabelas, as taxas e todo isso. Mas isso deve ser feito num ponto de vista global ou seja a nosso ver, não deve ser o município, porque num dado momento tem melhores condições que vais desenvolver, portanto um x aos trabalhadores, ou as pessoas em sede de IRS, e depois o município ao lado que não tem as mesma condições já devolve menos. Digamos isto cria aqui situações que a nosso ver são do ponto de vista político incorretas, nós não estamos, nós como isto o que achamos é que as políticas macro, mais macro desse ponto de vista sociais e de impostos devem ser obrigação do governo e não uma obrigação, porque através disto como é obvio, o que se está a fazer é uma redução do financiamento dos municípios.

A questão do IMI familiar traz-nos de algum modo, que também foi informado pelo Sr. Vereador, que o estabelecimento desse teto, naturalmente, mitiga bastante esta nossa preocupação.

Dizer que, por fim que naturalmente as questões que nós colocamos sempre que analisamos este tipo de documento, que são questões como eu disse inicialmente de estratégicas e políticas, porque consideraram e devemos dizelo na elaboração das perspectivas financeiras. Nós quanto a isso não temos grandes questões, naturalmente que podemos ter questões e isso sim quanto as prioridades, mas isso estamos a falar da despesa, quanto a receita não temos grandes questões. E já agora gostávamos também de acompanhar o Sr. Vereador no elogio que fez aos trabalhadores do município e mais concretamente aos trabalhadores da direção municipal que trabalharam na elaboração este orçamento.

Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador António Prôa.

O Sr. Vereador António Prôa: - Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. e Sras. Vereadores.

Eu a pouco não fiz e peço desculpa pelo lapso, mas aproveito aqui se me permite a expressão, “a boleia” do partido comunista para saudar naturalmente os trabalhadores que participaram na elaboração deste orçamento, obviamente que estamos habituados a sua dedicação e competência, e estamos a trabalhar sobre um documento complexo que é fruto também do esforço deles, e portanto queria deixar aqui também o nosso reconhecimento.

Sr. Presidente, eu há pouco acabei por não explicitar o nosso ponto de vista, relativamente a proposta detive naquilo que eram as nossas propostas, os nossos contributos para este orçamento, direta ou indiretamente e queria agora então deixar exposto de forma ainda assim sucinta, o nosso ponto de vista relativamente ao orçamento.

Um primeiro registo com satisfação, pelo fato de a Câmara Municipal, ter introduzido uma faculdade que a lei atualmente lhe permite, de modelação do IMI em função do número de dependente do agregado de familiares.

Eu, pessoalmente tive envolvido na construção desta medida, ela teve para ter um formato diferente.

O Sr. Presidente: - Um manifesto conflito de interesses.

O Sr. Vereador António Prôa: - Certo modo Sr. Presidente, mas assumido.

O Sr. Presidente: - Benigno, benigno, benigno.

O Sr. Vereador António Prôa: - Mas acho que é legítimo no caso em apresso, acho que é um contributo positivo, para a cidade o número de filhos que tenha, portanto não me sinto inibido de participar neste debate.

O Sr. Presidente: - E não só! E para o futuro de tudo isto, e para o futuro de todo isto.

O Sr. Vereador António Prôa: - Mas Sr. Presidente, dizia eu que estive envolvido na construção desta iniciativa, teve um modelo que não se chegou a concretizar, através de um projeto de lei, que foi ainda assim, foi apresentado, não teve conclusão, mas acabou por ser a medida introduzida no último orçamento de estado. E isso permite hoje que os municípios que o queiram possam recorrer a esta medida com incentivo á fixação de jovens famílias e do crescimento dessas famílias nas cidades.

Não quero, dizer considerações sobre alteração que foi anunciada, sobe pelo Sr. Vereador de limitar a aplicação desta medida, em função do valor patrimonial dos imoveis, não sei qual é o impacto, se calhar era a minha informação útil, era perceber qual era o impacto em concreto desta alteração a medida inicial. O que é que diferencia em termos do número de pessoas, de famílias abrangidas. Quais é que seriam abrangidas na formulação inicial e quantas é que são abrangidas desta formulação e qual é também o impacto financeiro que tem na receita do Município, decorrente desta alteração, para percebermos qual é o real impacto desta alteração.

Mas ainda assim, genericamente saudar a adoção desta iniciativa, ainda para mais, tendo em conta que recentemente tínhamos ouvido o Sr. Presidente muito crítico relativamente a esta proposta e a recusa-la, saúdo sinceramente Sr. Presidente, que tenha assumido, sei bem que esta formulação não o satisfaz, mas a leitura que faço é que não o satisfazendo esta formulação comungamos dos objetivo.

E portanto, admito que num futuro próximo o partido a que pertence o Sr. Presidente possa tomar a iniciativa, de encontrar outra formula que cumpra o mesmo objetivo e é isso que nos une.

Quanto ao orçamento de modo mais genérico, Sr. Presidente nós continuamos muito preocupados com o fato de se confirmar, que a construção dos

orçamentos municipais em Lisboa assentam numa dependência crescente, só não é superior em função do limite legal, mas numa dependência crescente da venda de património.

De forma direta ou indireta neste caso, este ano o Sr. Vereador acabou assumir de forma indireta, mas em qualquer circunstância há um aumento na estrutura do orçamento, que se tem verificado ano após ano, uma dependência na venda de bens de investimento, e isso preocupamos muito, preocupamos do ponto de vista da estrutura do orçamento e preocupa-nos para o futuro. Como temos dito, por um lado não temos nenhuma questão de princípio contra a alienação de património, comungamos, aliás da ideia de que o património pode ser mais bem utilizado, pode ser mais corretamente colocado ao dispor da cidade, se não for deixado ao abandono, ao sem possibilidade de ser utilizado pelo município, e portanto de princípio não nos opomos, agora vemos com preocupação esta crescente dependência e vemos também com preocupação que ainda não se encontrou um esclarecimento tão desejável quanto nos parece, deste caso quanto a consideração do património ser estratégico ou não. Aliás ainda á bem pouco tempo a Sra. Presidente da Assembleia de Lisboa tomou a iniciativa de abordar a questão e sugerir que houvesse uma reflexão sobre a consideração do património municipal. Eu espero que isso venha a ter efeitos práticos, o que dizia neste momento era Sr. Presidente e a questão que colocava, era tendo em conta que foi distribuída uma lista de património considerado não estratégico, valia a pena nós termos conhecimento de qual é o valor global associado a essa lista de património não estratégico a alienar, que é isso que está em causa. Há uma lista de património a alienar que é enfim, que acompanha a proposta de orçamento, era importante nos sabermos, bom curiosamente não está lá incluída a feira popular, nessa lista de património não estratégico alienar, mas ainda assim...

(Intervenção Imperceptível fora do Microfone)

O Sr. Vereador António Prôa: - Na lista não está, não consta.

Certo!

Tendo em conta que a receita será considerada em 2016 diria eu, faria sentido estar. De qualquer caso a questão essencial é termos uma ideia quanto significa em termo de valorização, o conjunto do património que é considerado para alienar ou em condições de alienar no ano de 2016. Por outro lado Sr. Presidente preocupa-nos também o, eu peço desculpa pela expressão, não é nova mas continua atual, o brutal aumento de impostos, taxas e tarifas a que

foram sujeitos os munícipes em Lisboa, e portanto não vale a pena fugir, de que independentemente de responsabilidades alheias por um lado, há responsabilidades próprias por outro lado a Câmara, enfim permita-me a expressão também dá-lhe jeito que a receita arrecada mesmo quando não tem autoria desse aumento de que carga sobre as famílias Lisboaetas. Mas o Que importa é que globalmente nos últimos 2 anos, o aumento para os Lisboaetas foi notável foi brutal como disse o ano passado, e isso naturalmente nos preocupa E preocupamos porque esta Câmara não tem sido capaz de conter a sua despesa e portanto o aumento da receita é consumida e o 3º aspeto que nós preocupa é precisamente o consumo de recursos com o funcionamento da Câmara Municipal.

Ao contrário do que foi aqui dito a Câmara não se tem mostrado mais eficaz, pelo contrário tem-se mostrado menos eficaz, por quando as despesas de funcionamento tem vindo a aumentar, aumentem este ano novamente, aumentam as despesas de funcionamento com pessoal, aumentam as despesas de funcionamento sem pessoal, eu posso aliás disser em concreto tanto aumentam as despesas de funcionamento, aumentam 5,5% de 264 para 278 milhões, as despesas com pessoal aumentam 216 para 222 milhões de euros, a que corresponde a um aumento de 2,8%, sendo que deste aumento 6 milhões de euros com pessoal 3,9 correspondem a 3,9 milhões de euros ou seja 65% do aumento com pessoal, diz respeito a pessoal em regime de tarefa ou avença. O que também nós preocupa se quiserem a leitura do aumento de precarização essa leitura é possível, não sabemos se é exatamente em qualquer circunstância preocupa-nos que no aumento das despesas com pessoal essas despesas aumentam sobretudo com pessoal em regime de tarefa ou avença ou seja, não aumentam sobretudo com o pessoal dos quadros do município.

Em relação ao aumento das despesas de funcionamento sem pessoal, elas sobrem 17.6% do orçamento do ano passado para o orçamento deste ano, e portanto Sr. Presidente, isto sustenta a afirmação que eu fiz de que vemos com preocupação o aumento das despesas de funcionamento do município revelam, do nosso ponto de vista, não aumento mas sim uma diminuição da eficiência do município.

Sr. Presidente era isto que me oferecia dizer. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Obrigado Sr. Vereador. Vereador João Gonçalves Pereira.

O Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito obrigado Sr. Presidente, para cumprimentar os Srs. Vereadores, justificar também de alguma forma o facto de não poder ter estado desde o início nesta reunião, mas havia uma reunião que já estava marcada há algum tempo no âmbito do desperdício alimentar e portanto tinha que estar presente. Posso eventualmente colocar aqui algumas questões que hoje já foram colocadas, ou já houve uma resposta para elas. No entanto houve uma reunião que tive com o Sr. Vereador João Paulo Saraiva onde o Sr. Vereador e o seu Gabinete, de me enviarem um conjunto de esclarecimento e que pelo menos até ao momento não recebi qualquer esclarecimento.

Dizer também enquanto nota prévia que havia uma prática nesta mesma Câmara, e aliás, o Sr. Presidente quando era Vereador das Finanças, recordo-me dessa mesma reunião em que o Vereador das Finanças antes da apresentação dos orçamento reunia com os Vereadores das várias forças políticas fazendo uma prévia apresentação, coisa que não aconteceu desta vez, já tive oportunidade de fazer esse mesmo reparo, apenas foram solicitadas reuniões com os grupos na Assembleia Municipal. O Sr. Vereador na altura deu-me o esclarecimento a dizer que não sabia, mas essa era uma prática e era uma prática que se deveria manter. E portanto, as explicações que foram pedidas mantêm-se nesta mesma reunião, e portanto admito que possa haver hoje algum esclarecimento quanto às questões que foram colocadas. No entanto aquilo que foi explicação dada pelo Sr. Vereador dos 128 milhões de euros que constam no Plano de Actividades e que estão por definir, eu acho que é uma explicação que era importante, o Sr. Vereador deu-me em privado mas penso que para a Câmara também era importante fazer essa mesma explicação.

Há um valor relativamente ao IMT que de alguma forma é surpreendente que é um crescimento de mais de 40%, ou seja há uma perspectiva de receita de IMI de qualquer coisa como 55,2 milhões de euros. Isto eu diria que para quem tem dito que a economia não está a funcionar, há aqui uma expectativa muito grande por parte da Câmara relativamente aquilo que serão as transações para o próximo ano. Sendo que, segundo a explicação que me foi dada pelo Sr. Vereador das Finanças, relativamente à Feira Popular poderá estar aqui em causa são apenas 30% da venda e portanto não a totalidade da venda da Feira Popular que podia ser isso que de alguma forma podia desequilibrar este mesmo valor.

Depois colocar-lhe uma questão que tem a ver com o Plano de Investimentos, página 42, perceber qual é que é a razão para que para os anos 2017, 2018,

2019 não haja, ou não estejam previstos pelo menos naquilo que foi fornecido investimentos na Polícia Municipal, nos Bombeiros, ao nível também dos Direitos Sociais e Espaços Verdes, admito que haja alguma razão, e portanto pedia essa mesma explicação.

Quanto às Taxas e as taxinhas. Evidentemente que não vale a pena repetir aqui discursos e intervenções que já foram feitas anteriormente, têm a nossa veemente oposição, mas quanto à Taxa Turística, uma vez que a ANA, ao nível daquilo que seria a taxa a cobrar no Aeroporto, já veio dizer que não repetirá aquilo que fez este ano, portanto para 2016.

Não sei se o Sr. Vereador já, como não estive presente na Reunião, não sei se já houve alguma explicação relativamente à solução que a Câmara tem para começar a fazer essa cobrança, a partir do dia 1 de Janeiro.

Depois dizer o seguinte. Na Página 15 do Plano, das Grandes Opções do Plano, é dito relativamente às Rendas, o seguinte “o chamado congelamento das Rendas antigas contribuiu para agravar as disfunções do Mercado de Arrendamento, consequências a oferta e hiperinflação dos preços”, e depois a seguir, há um ataque àquilo que foi a nova Lei das Rendas, com considerações que eu confesso fico completamente espantado.

Não devo ser só eu, aliás, o meu colega aqui Vereador e também Deputado na altura, nessa mesma Comissão, eu não me recordo de ver o Partido Socialista apresentar grandes alterações à Lei das Rendas, não me recordo, e portanto eu não percebo como é que se diz que as Rendas foram congeladas e foram congeladas por diferentes Forças Políticas que estiveram no Governo, não foi de uma ou de outra, e depois a seguir, se aponta o dedo a quem fez uma Lei das Rendas que conseguir dinamizar o Mercado, há algo aqui que não me parece coerente.

Para já são estas as questões que colocava, penso que a questão das Empresas Municipais virá a seguir, só está em discussão o Ponto 1, e portanto, por agora eram as questões que deixo. Obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito bem. Srs. Vereadores, quero apelar ao poder de síntese de todos, é meio-dia, nós ainda temos um longo Ponto de Agenda, com as Empresas Municipais e outros Pontos da Agenda de Trabalhos, e por isso pediria que fosse todos muito sintéticos a partir daqui.

Eu gostava, antes de passar a palavra ao Vereador João Paulo Saraiva, de dar nota de 2 ou 3 aspetos fundamentais sobre este Orçamento e este Exercício. Eu considero que a prudência é porventura das maiores qualidades que tem o decisor político, e saber ler bem os sinais e saber prevenir futuro, é das

características que eu acho mais importantes em quem ocupa Funções Públicas, e é por isso que vejo mal, propostas que neste momento do campeonato signifiquem uma redução profunda e significativa do equilíbrio estrutural financeiro da Câmara de Lisboa, seja por via, relativamente à Proposta do IRS, seja por via da Taxa de Proteção Civil, seja por qualquer outra via, que no fundo traduza uma diminuição estrutural da Receita do Município.

Porque eu acho que o Município fez progressos do ponto de vista do equilíbrio entre Despesas e Receitas estruturais; não é verdade aquilo que é dito, não vamos por favor, voltar à falácia do argumento das gorduras do Estado, como elemento de corte para fazer baixas de Impostos, porque isso depois já se demonstrou, à saciedade, que quem uso desse argumento, depois teve que engolir as gorduras todas, mais algumas, aumentar Impostos, cortar Pensões e coisas do género, não vamos cair nessa falácia.

A Despesa do Município, ela é no seu fundamental rígida na sua dimensão pessoal, com probabilidade até de riscos de aumento, pelas devoluções dos Cortes Salariais que ocorreram e também porque ela na outra dimensão de custos, uma parte importante está associado a Custos de Prestação de Serviços, dos quais nós somos tomadores, falo de casos, por exemplo dos Serviços de Saneamento, falo de casos dos Serviços de Eletricidade, falo do próprio fornecimento de Água, se nós somarmos todos os consumos fixos de manutenção da Cidade, eles são muito significativos.

E por isso, eu acho que seria uma má opção e seria um retrocesso, e seria ler mal o sinal da situação financeira da Câmara de Lisboa, proceder a um desequilíbrio estrutural, porque estas medidas a serem adotadas são isso mesmo que significam, não significam, como é que eu hei de dizer, não significam uma devolução aos Municípes, de um excesso que a Câmara neste momento tem, não, significa uma redução e um desequilíbrio, no equilíbrio estrutural de Receitas e Despesa da Câmara.

E digo isto, porque se é verdade que hoje a Câmara Municipal dispõe de uma situação, nomeadamente em matéria de liquidez, bastante confortável, que eu tenho usado em favor da Cidade, eu creio que a única interpretação razoável e prudente, é considerarmos que uma parte destes resultados, se devem a um comportamento do Imposto de Transações que tem excedido as expetativas, mas que não é certo que possamos contar, é mais razoável contarmos com este excesso do Imposto de Transações, como um fenómeno de natureza mais conjuntural, do que um fenómeno de natureza estrutural, que tenha elevado em permanência as Receitas do Município.

Se nós chegarmos a um ponto, em que daqui a alguns anos constatarmos que de facto, por um lado, o Governo e a Administração Central recuaram em definitivo relativamente ao IMT, e chegarmos à conclusão de que não estamos a viver 1 ano ou 2 anos de aquecimento excepcional do Mercado Imobiliário, bom, naturalmente que a Câmara e o Executivo, faz sentido que se considere que o IMT tem um novo patamar no Município e Lisboa e que se repondere o exercício da carga fiscal.

Agora considero neste momento, que a visão mais prudente sobre os equilíbrios da Câmara de Lisboa, os equilíbrios financeiros devem assumir que o atual nível de Receitas do IMT, é um nível conjuntural e não estrutural de subida do patamar do IMT, para mais, porque como disse, a ameaça do desaparecimento do IMT não desapareceu, as forças que pretendem o desaparecimento do IMT não são concentradas, nem estavam concentradas no atual Governo, são muito transversais, é um conjunto muito amplo de Fiscalistas/Centralistas, ou melhor, Fiscalistas Centralistas.

E acima de tudo, uma corrente de opinião de total insensibilidade à particularidade da situação de Lisboa, porque a verdade, é que o amplo conjunto de Fiscalistas, de várias Áreas Políticas, que trabalharam nas Reformas do Património, partiram de um pressuposto dogmático, que é a elevação do IMI, por eliminação do IMT, que muitos consideram um Imposto não razoável, porque no fundo onera sucessivamente transações, ao contrário do IVA, que onera a 1.ª transação.

Desconsiderando, por um lado, que o carater, que a habitação é um bem de natureza diferente, porque tem uma perenidade e uma longevidade que não tem uma camisola, mas desconhecendo ou ignorando, os profundos impactos assimétricos que esta situação tem no País, e foi só devido a uma intervenção de última hora do atual Primeiro-Ministro, foi preciso chegar a uma intervenção do atual Primeiro-Ministro, para que houvesse a compreensão de que o não adiamento da situação do IMI, da situação do IMT, traria para a Câmara de Lisboa e para a Câmara do Porto, uma situação de completa rutura financeira.

Mas foi preciso chegarmos “in extremis”, porque até lá, durante tanto tempo, e os Srs. Vereadores quantas vezes eu me pronuncie aqui sobre este assunto, aqui do ponto de vista público, e em reuniões privadas com vários Membros do Governo, e não houve nenhuma sensibilidade para atender a este facto particular, é que nunca o IMI na Cidade de Lisboa aumentou para perto dos valores do IMT, e o buraco causado pela extinção do IMT, simplesmente faz com que as Finanças da Cidade de Lisboa sejam totalmente insustentáveis se não houver compensação.

E por isso, eu acho que a visão prudente sobre as Finanças do Município, e falo de uma visão prudente, no sentido de que eu acho que é responsabilidade de todos os Executivos e do nosso, até 2017, entregar ao seguinte a Câmara em boas condições financeiras, é agir com a prudência de que estas Receitas, são Receitas que devem ser vistas quase como extraordinária, com mais carácter extraordinário do que conjuntural.

Ora se pensarmos desta forma, que me parece uma forma prudente, isto afasta-nos de qualquer possibilidade de voltarmos, de reduzirmos Receitas estruturais do Município de Lisboa, que ainda por cima estão insipientes, estão a dar os seus primeiros passos, estão agora a ser lançadas: a Taxa de Proteção Civil, a Taxa Turística, as novas Taxas dos Resíduos e do Saneamento, e essa adaptação, é necessário deixar consolidar isso.

E depois, num quadro diferente, ou de fim da ameaça de extinção do IMT, ou de diversificação das fontes de financiamento da Câmara de Lisboa, como defendo, através da questão, e o Presidente António Costa defendia, uma atribuição da parte das Receitas do IVA para compensar os custos da capitalidade, possamos então ter um outro debate sobre a própria composição da distribuição da carga fiscal.

E valerá também, na altura, visitar a temática da dicotomia e fazermos uma avaliação muito séria e sem qualquer demagogia, sobre a nossa política de IMI mínimo, e de avaliarmos, após vários anos de aplicação desta Taxa, quais os reais impactos, dada a estrutura dos Proprietários da Cidade, porque é preciso perceber que os impactos do ponto de vista social e do ponto de vista do alcance desta medida, dependem naturalmente de qual é a estrutura da Propriedade na Cidade.

E basta verem, aliás, os Estudos de Impacto do IMI Familiar, que com todas as limitações, dificuldades e reservas que mantenho quanto à justiça da sua aplicação, vamos tentar nesta proposta de alteração minorar, mas não é certo que a Administração Fiscal aceite esta alteração que nós fazemos, mas o Impacto do IMI Familiar mostra-nos bem, aliás mostra-nos vem, isto é, o baixo impacto financeiro, mostra-nos bem aliás, qual é a estrutura fundiária na Cidade de Lisboa e quem é que são os Proprietários fundamentais da Cidade de Lisboa.

E este era o ponto primeiro que gostava de fazer, e que justifica que não possamos neste momento apoiar as Propostas do PSD, relativamente à devolução do IRS, nem relativamente à Taxa de Proteção Civil, porque irão introduzir um desequilíbrio estrutural nas Receitas do Município, um

desequilíbrio estrutural nas Contas do Município, e que eu acho que seria imprudente fazê-lo neste momento.

O segundo aspeto que gostava de salientar, é que nós temos tido um esforço muito grande, de nunca confundir, nem admitir que as Receitas Extraordinárias de Alienações de Património ou de qualquer outro tipo, sirvam para compensar e para financiar a Despesa Corrente do Município, isso seria um erro. Um Município que necessita permanentemente alienar bens para sustentar a sua Despesa Corrente, é um Município que está a caminho do desastre financeiro, mais cedo ou mais tarde, chegará a hora em que não tendo mais património para alienar, a Dívida aumenta e não resolve o problema, aliás, desculpem só um pouco a comparação, é um pouco o que acontece com a República, vendemos, vendemos, vendemos e privatizamos, e a Dívida não cai, sobe.

Felizmente em Lisboa, nos últimos anos temos conseguido, e como digo, por mérito da atuação do Executivo, mas por elementos que claramente são de natureza externa, que eu reputo de conjunturais, como a Receita e o acréscimo da Receita do IMT, temos conseguido que haja um Equilíbrio Corrente, isto é, a alienação de Bens de Investimento, de Património, tem servido unicamente 2 propósitos.

Um primeiro, de acelerar a Redução da Dívida e melhorar o Equilíbrio Corrente, por redução do Encargo com Juros, e tem sido da maior importância; mas também a alienação de Bens de Investimento para nos permitir aumentar a capacidade de investimento. Porquê? Porque no fundo, trocamos Ativos, trocamos bens que não estão a ser usados pelo Município, por bens que são úteis à vida da Cidade e à vida do Município.

E são estes 2 princípios, que são princípios direi eu, sagrados, de boa gestão financeira, que nós não nos queremos afastar, o que este Orçamento cumpre do ponto de vista, cumpre escrupulosamente, princípios sagrados ou princípios de ferro para aqueles que tendo menos fé religiosa, considerem que os primeiros não seriam tão robustos, são 2 orientações que temos seguido desde o início do Mandato, e que este Orçamento naturalmente segue e prossegue.

Mas queria dar aqui de forma muito detalhada uma explicação, porque é que me parece e porque é que consideramos que neste momento, em matéria fiscal e nomeadamente em matéria que corresponda a opções sobre o nível de equilíbrio estrutural, não é conjuntural, nós estamos a falar de diminuições que são estruturais, do ponto de vista da estrutura do Município, não são, não iremos aceitar as Propostas.

Sem prejuízo do que eu acho que deveríamos fazer, que é ao longo do próximo ano, ao longo do ano 2016, termos uma estrutura de acompanhamento, ao

nível do Executivo, ao nível da Câmara e também ao nível da Assembleia Municipal, para que possamos fazer uma análise mais profunda, de que podemos fazer alterações e adaptações, do ponto de vista da nossa estrutura financeira da Receita à nova realidade da Cidade.

Porque admitamos que o IMI se transforma numa realidade mais estrutural, logo então podemos pensar doutra forma; admitamos que há outras Taxas e ideias que aqui são ponderadas, por exemplo aqui, na Proposta que o PSD hoje aqui apresenta, há uma alteração significativa do ponto de vista até, há uma alteração até dos próprios montantes, por exemplo, para prédios degradados e devolutos, que creio que ultrapassa muito as Propostas atuais que a Câmara tem, e que eu não estou conceptualmente em desacordo.

E estou em desacordo é com a diminuição geral da Receita, não que olhemos para isto por outro ângulo, mas que possa ser feito um trabalho mais amplo de análise das fontes de receita do Município, mas sempre com esta preocupação de termos uma casa com Conta equilibradas, e que vamos chegar ao fim de 2017, no final do Mandato, com essas Contas equilibradas.

Quero, porque me esqueci de o fazer no início, deixar aqui um agradecimento público ao Sr. Vereador João Paulo Saraiva, e felicitá-lo pelo Orçamento, por todo o Orçamento, todas as Propostas, todo o arsenal e o manancial de Propostas que aqui hoje temos, agradecer-lhe todo o trabalho, o esforço e o empenho, assim como a toda a Direção Municipal das Finanças, o Sr. Diretor Municipal, as Sras. Diretoras de Departamento, toda a Equipa da DMF.

Sei bem o trabalho e o esforço que é para apresentar um Orçamento desta natureza e com esta exigência, ainda por cima dentro dos prazos, dentro dos constrangimentos que são colocados, e ainda por cima, com a novidade que temos, que todos os instrumentos da Empresas estarem em simultâneo a poderem se apreciados no mesmo momento, por isso queria agradecer a todos o trabalho que tiverem e felicitá-los por este esforço.

Sr. Vereador.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Muito obrigado, Sr. Presidente. Em primeiro lugar, a questão do procedimento, eu sei que estamos já muito pelo adiantado da hora, mas não queria deixar dizer que estamos, como o Sr. Presidente referiu agora, a cumprir os prazos, e nunca foi dado tanto tempo, que eu me recorde nos últimos anos, à Oposição para poder escrutinar documentos.

Os documentos foram distribuídos, desculpem, a 7 ou 8 de Outubro, e até hoje tiveram toda a possibilidade de interagir connosco nos mais diferentes

espaços, Assembleia Municipal, os documentos são públicos, portanto eu percebo que podemos melhorar e aceito que possamos ainda assim melhorar, mas também gostaria de ouvir uma palavra sobre esse ponto de vista, porque de facto estamos a melhorar, podemos melhorar mais, com certeza.

Desta vez cumprimos os prazos e até damos mais prazos do que aqueles que a Lei obrigado, portanto eu admito que possamos melhorar, havemos de incorporar aquilo que acabou de dizer o Vereador João Gonçalves Pereira, não foi, aos dados que tenho hoje, sempre prática, mas houve aqui alguns momentos em que houve, noutros não houve, não interessa isso agora, garantir que para o ano haverá um momento para os Vereadores todos, não só os do Executivo, poderem de alguma forma tomar contacto com o Orçamento, ainda numa fase anterior a este momento aqui, isto relativamente ao Processo. Relativamente a algumas questões levantadas sobre as Taxas. Eu tenho alguma dificuldade, eu percebo e é muito a minha forma de me expressar, não tenho, aqueles que conhecem, sabem, nada de pessoal com os intervenientes, tem tudo é a ver com aquilo em que acredito, tento não ser excessivo, mas também não sou descomprometido com as questões ideológicas e com uma certa afirmação de uma abordagem esquerda/direita, que eu acho que existe e portanto não me canso de me reafirmar. Mas dizer que suporto mal, isso tenho alguma dificuldade em coabitar contendo-me ao máximo apesar de alguns acharem que não, com as questões que não correspondem à verdade. Eu não posso aceitar se diga de ânimo leve que os municípios de Lisboa foram subtidos a um aumento de taxas, um aumento brutal de taxas, por que isso não é verdade, nomeadamente no que à Câmara diz respeito. O IMI não aumentou Srs. Vereadores, não aumentou. Mais, é que aparece aqui uma perspectiva de o reduzir, já lá vamos ao IMI famílias. A questão do IRS não aumentou pois não?! Não! É o mais baixo da área metropolitana da área de Lisboa, é, o IMI é o mais baixo possível, é. Portanto onde é que esta parte aumentou que eu não estou a perceber? O IMT é a dinâmica de mercado de facto! E de facto o mercado imobiliário em Lisboa, não aumentámos taxas nenhuma. Não definimos. E portanto não há aqui aumento de coisa nenhuma!

Relativamente à Taxa Municipal de Proteção Civil do ponto de vista da carga sobre os proprietários ela é igual à carga que tinha na conservação de esgotos, não aumentou, não há carga a acrescida – ainda assim sobre os proprietários, não há. Acresce de facto situações que introduzem maior risco, maior complexidade maior custos ao dispositivo, e portanto mais justiça tributária. Isso é importante salientar, mais justiça tributária. Eu sei que esta coisa da justiça tributária não é uma coisa que nos una a todos mas, de facto aqui a

questão fundamental da Taxa de Proteção Civil, para além da autonomização financeira, é justiça tributária. Pronto. E portanto, também não podemos tirar desses custos todos aqueles, por que os imóveis são algo de fundamental e toda a abordagem urbanística é fundamental naquilo que é o dimensionamento do dispositivo de proteção civil, não o podemos tirar da equação sob pena de estarmos a cometer também uma injustiça por esse lado. E portanto, a proposta que apresentamos é uma proposta muito equilibrada que penaliza, de facto, todos aqueles que têm custos acrescidos a introduzir ao sistema, em gradações completamente diferentes em função desses mesmos riscos. Mas não deixa que todos os outros também contribuam para o sistema, para aquilo que nomeadamente que é o seu investimento e a sua inovação, que essa é a questão para nós mais importante.

Depois relativamente à taxa turística, que eram todos uma parte da direita, se não diria toda, mas pelo menos alguns às vezes não sei se falam por todos, não falam por todos, que eu não faço ideia mas também não me interessa. O que interessa aqui é que taxa turística, de facto, levantou muitas questões, eram muito má e agora a das dormidas já é boa. Eu tenho grande esperança que venham também a reconsiderar relativamente às das chegadas, porque estão de facto no caminho certo.

Há aqui, de facto, uma tentativa clara de distribuir o impacto na cidade por todos aqueles que nos visitam porque esse impacto é grande. Ou a Direita considera que o impacto é grande para uns motivos nomeadamente nas questões dos tuc-tucs, do ruído, do não sei quê, e depois do ponto de vista dos custos acha que não é grande. Certamente acha que sim, e portanto, digamos, só mesmo por uma lógica mais ou menos estaticista é que no momento aparecem a dizer uma coisa e depois aparecem outra, e nós já não entendemos bem qual é a verdadeira posição.

De facto resíduos urbanos e saneamento urbanos aumentaram, mas também têm que compreender que a definição que reafirmei e reafirmo aqui porque são as únicas que aumentaram. São as únicas que trazem uma carga acrescida, ainda assim muito competitiva na área metropolitana de Lisboa e portanto, eu diria que é excessivo dizer, nomeadamente quando isso não é, quando isso não foi uma decisão estritamente municipal, foi uma decisão municipal em cima da obrigatoriedade de implementar as taxas de resíduos urbanos e saneamento, e com regras muito claras sobre a sua definição e o seu custeio. E portanto, é injusto e não é verdade dizer que houve um aumento fiscal nos municípios de Lisboa por via das decisões municipais. Isso é que importa. Agora, de facto, nós estamos habituados a que façam mal contas, que vão

buscar e que encontrem uma abordagem às contas que ninguém entende ou porque lhes interessa ou por que, de facto, às vezes não sei, algum problema de leitura mas nós estamos cá para ajudar.

Agora deixem-me brincar um bocadinho, mas nesta história do IMI família ainda percebo melhor porque é que o IMI família está desenhado desta maneira. É que eu nunca tinha percebido que o Vereador António Prôa tinha tido tanta influência nesta matéria, porque de facto é mais fácil. E depois admiram-se que eu brinque com esta história da duplicidade entre o Vereador e o Deputado. Porque é interessante que o Vereador Deputado Prôa tenha estado numa comissão, ou tenha participado nesta discussão de impacto sobre os municípios porque, de facto, é isso que é interessante, é que esta decisão é muito fácil de tomar.

Dado que o Vereador António Prôa está um bocado mais zangado, vou agora dirigir-me ao Vereador João Gonçalves Pereira, a direita para mim, podemos servir a toda a linha, que é, agora eu vou-lhe dizer Vereador João Gonçalves Pereira: metade da sua senha para mim está bem, que eu tenho esse poder, isso é muito fácil de fazer nesta abordagem do IMI famílias, é decidir sobre aquilo que são os impostos dos outros, sobre as receitas dos outros, como aliás o PCP muito bem disse. E portanto eu acho interessantíssimo mas agora entendo melhor, e perdoem-me a brincadeira que isto não é nenhuma ofensa para ninguém, Sr. Vereador. Mas de facto eu gosto de brincar e eu acho que estas coisas, temos que brincar um pouco com algumas destas matérias.

Relativamente a esta questão da receita e da despesa, relativamente aquilo que são a venda e compra de imóveis, eu também me custa um bocadinho que não se digam verdades. Porque, de facto, nós temos alienado um conjunto de imóveis, mas por outro lado também temos adquirido um conjunto doutros. E eu queria mesmo dizer-vos com números que de 2010 para cá houve 3 anos em que os imóveis que nós comprámos, o valor foi superior aos que nós alienámos para além de termos conseguido amortizar a dívida. E portanto, eu diria que sobre esta matéria estamos a cumprir estritamente aquilo que nos comprometemos com os munícipes, estamos a alienar para amortizar dívida e para investir e isso parece-me fundamental e não pode ser escamoteado com falsas questões. Porque, de facto, evidentemente que há operações extraordinárias como seja esta da Feira Popular que terá um impacto certamente brutal nestas alienações. Mas também há um compromisso claro, quer com a amortização da dívida quer com o investimento na cidade. Eu confesso que depois há questões que têm a ver com páginas que eu não consegui reter tudo.

Sobre as questões do pessoal, e só para terminar Sr. Presidente eu peço desculpa mas, de facto, estão aqui algumas questões que dificultam a abordagem porque elas são muito vastas e, portanto, há muita matéria e é difícil.

Relativamente às questões do pessoal: de facto há um aumento, esse aumento tem a ver com algumas prestações de serviços. eu gostava de lhes dizer que essas prestações de serviços estão na estrita medida do lançamento de um conjunto de concursos que demoram o seu tempo a concluir. E como nós não quisemos prejudicar a operacionalidade do município, quisemos responder a operacionalidade dos serviços do município, respondemo-lo com aquilo que são os mecanismos naturais e provisórios para resolver esta questão que é a contratação de prestação de serviços. E é esse o impacto que aqui está. E há aqui um outro impacto e, esse eu percebo que não gostem muito dele, que tem a ver com a reposição daquilo que foram alguns dos cortes, portanto, há também aqui algum impacto sobre essa matéria e isso é relevante neste aumento. Sobre a matéria de pessoal foi cumprido estritamente as restrições que estavam no orçamento de 2015 feito pelo Governo, e naquilo que eram as rubricas em que não se podia crescer, e essas mantivemos essa mesma abordagem. Já em relação a outras matérias ou à reposição salarial aí sim nós fizemos um acréscimo correspondente.

Muito bem, eu devo ter perdido aqui algumas questões, admito que tenha que voltar a elas, mas para já era só Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador, esperemos que não volte a elas porque temos mesmo que continuar e acabar a nossa reunião.

Vereador João Gonçalves Pereira. Vereador Fernando Seara, primeiro, peço desculpa.

O Sr. Vereador Fernando Seara: - Sr. Presidente, não vou entrar em considerações sobre as pessoalidades mesmo na brincadeira. Permita-me cumprimentar o Vereador António Prôa e a dignidade de quem tem 4 filhos hoje. Eu estou a falar e não interrompi ninguém e não vou permitir interrupções, ok. Não vou permitir. Peço desculpa, se quiserem intervir calo-me e abandono a sala. Eu tenho respeito intelectual por todas as diferenças. Não aceito brincadeiras de pessoalidade, principalmente, nem vou dizer a nenhum companheiro nem a nenhum camarada. Eu intervim e vou intervir por causa desta questão do IMI familiar que por ventura, e não vou discutir taxas hoje, não vou discutir taxas, não estão aqui em causa taxas. Quando discutirmos as

taxas falarei sobre as taxas e sobre o mecanismo das taxas e o dualismo das taxas. Com certeza na altura discutiremos as taxas, com certeza o Sr. Presidente Fernando Medina já trará aqui o protocolo para a questão do novo aeroporto e portanto será oportuno na altura discutir a meditação das taxas. Porventura o protocolo em que também intervenha a Câmara do Montijo. Não vou tratar disso, vou tratar do IMI familiar. Eu estou à vontade porque tenho apenas um filho, sendo certo que tenho 3 netos. E tem a ver com a filosofia geral, Sr. Presidente, e é isso e é a Vossa Excelência que me refiro.

Lisboa tem que pensar se quer continuar em tese a atrair famílias ou se quer permitir em tese continuar a desenvolver os alojamentos locais e as questões do turismo. Esta é uma questão estratégica para a cidade. E a questão estratégica para a cidade tem a ver com isto mesmo que se chama “hoje em dia nas cidades”. Talvez não seja mau estudar alguma lógica de algumas situações de Madrid, a crise de Barcelona para quem tenha algumas dúvidas, e as novas questões que globalmente essa entidade chamada SGPS Câmara de Paris, suscita nas atratividades contemporâneas.

Os proprietários em Lisboa para quem é proprietário, e portanto reconheço para quem é proprietário. Espero que em Portugal não surja de repente a partir de algumas lógicas de acordos de conjuntura contrários da tese do Presidente Fernando Medina, a tese dos novos arrendatários como se essas questões surgissem. Os proprietários em Lisboa estão sujeitos hoje em dia a uma dupla incidência; pagam IMI e para os mais distraídos pagam a nova taxa de proteção civil que tem o valor patrimonial como elemento determinante. Portanto a propriedade em Lisboa está sujeita a esta dupla tributação resultando do Código do Imposto próprio, e em razão duma consagração específica em Lisboa – aproveito só para dizer, Sr. Vereador das Finanças, “*en passant*”, que o diploma é de 2009 e podia ter sido aplicado gradualisticamente desde 2009. Houve outros presidentes de Câmara que porventura noutros municípios, tendo consciência que a lei mesmo não estando de acordo com ela, porque era do Eng^o. José Sócrates, fui aplicando-a em Sintra, em Lisboa não tenho nada são opções políticas das maiorias como cada uma das maiorias do definirá, foi apenas concretizada agora.

A lei gradualisticamente permitia desde 2009, nós fomos-la fazendo como outros municípios de diferentes cores políticas a foram passando. A questão para mim na questão do IMI familiar e na alteração que vossas Excelências anunciaram e que eu ainda não vi escrita é esta questão simples. Perante uma dupla tributação sobre o património, uma questão muito específica de delimitação para um valor de património que é um valor de património que em Lisboa todos

nós sabemos, que é irrelevante. Os 200 mil Sr. Presidente, não vale a pena, irrelevante. Então significa que tem conhecimento de algo que o PCP permite que nós voltemos para ser conhecido. Irrelevante. Sr. Presidente, eu sei que tem mas sobre o ponto e essa questão, estamos a falar das informações da AT, estamos a falar das informações da AT principalmente em razão dos fenómenos de reavaliações patrimoniais entretanto surgidas no município de Lisboa. As reavaliações patrimoniais têm que bater certo, sabe porquê? Porque houve aumento do imposto do IMT, houve automaticamente atualização dos valores patrimoniais, ponderado ou directo como o Sr. Dr. Manuel Figueiredo bem sabe.

Portanto, esta questão é muito simples, é perante uma situação querer como notava como é uma política municipal, acho eu; de trazer de novo a Lisboa famílias, de repovoar Lisboa, de Lisboa ser uma cidade atrativa para aqueles que saíram de Lisboa em razão de mecanismos de aquisição de casa própria e filosofia dos diferentes Governos de Portugal e da Banca com todos as consequências daí derivadas. É evidente que a questão do IMI e o limite do IMI significará uma opção clara estratégica, e essa opção clara estratégica do ponto de vista de ser dita deve ser pensada, e ainda bem que haja diferença sobre essas realidades. Ainda bem que há diferença porque é nessas questões, nessas questões concretas sobre o tributo das pessoas que nos próximos tempos para além da questão comunitarista sobre os refugiados nos vão aqui suscitar. O resto, dos tratados orçamentais e dos euros já passaram à história. As questões que nos vão aqui marcar, é essas questões simples, as atratividades tributárias, ponto nº. 1, e depois as questões das sociedades comunitaristas contemporâneas em que Lisboa com certeza vai suscitar. Só isso Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: - Vereador João Gonçalves Pereira.

O Sr. Vereador João Gonçalves Pereira: - Muito obrigado Sr. Presidente.

Sr. Vereador João Paulo Saraiva, eu não sei se o Sr. Vereador é do Partido Socialista. Bem socialista será certamente, mas eu vou-lhe dizer uma coisa que não é a brincar. A última vez que o Partido Socialista pegou nas contas do país, nós vimos todos como é que acabou o país. Na banca rota. E portanto, nós não recebemos lições de moral da esquerda quanto à gestão das contas públicas. Depois dizer-lhe o seguinte: pensava que me quando vinha falar no IMI familiar até pensei que eu ia ser um dos beneficiados uma vez que em Fevereiro do próximo ano terei o meu terceiro filho e portanto entrarei nas

famílias numerosas e, portanto, por via disso podia ser que viesse alguma brincadeira. Mas eu digo isso, Sr. Vereador, que perca-se menos nas brincadeiras e limite-se a responder às questões que foram colocadas. É que as questões que lhe coloquei, Sr. Vereador, o Sr. Vereador praticamente não respondeu a nenhuma delas; página 42 Plano Plurianual de Investimentos, página 42, no que se refere à Polícia Municipal, no que se refere aos Bombeiros, direitos sociais, espaços verdes, não está previsto para 2017/2018 e 2019, não está ali consagrado nenhum tipo de investimento, gostaria de obter uma explicação relativamente a isso. E para abreviar queria saber também, e coloquei essa questão, saber que solução é que o Sr. Vereador tem para a cobrança da tal taxa turística no aeroporto de Lisboa. São duas questões muito concretas e às quais o Sr. Vereador não deu qualquer resposta. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito bem!

Antes de dar a palavra não sei mais algum Sr. Vereador quer usar da palavra, senão eu pedia que nós encerrássemos por aqui, depois com a minha resposta e do Sr. Vereador, este ponto de debate e avançássemos porque como digo é meio-dia e 42.

Eu gostava de dizer o seguinte: primeiro um esclarecimento relativamente à questão da distribuição do valor patrimonial tributário na cidade de Lisboa, ele é conhecido na Câmara. E aliás, tem sido facultado à Câmara pela Administração Tributária por causa da aplicação da taxa de conservação de esgotos. E o que mostra é que, tenho aqui os números para dar, 341.891 frações têm um valor patrimonial inferior a 200mil euros. E só cerca de 18mil frações tem um valor patrimonial superior a 200mil euros. O valor patrimonial médio na cidade de Lisboa é de 50mil euros, o valor patrimonial tributário médio é de 50mil euros. E esta é aliás uma das razões que eu tenho suscitado, que levantei há pouco quando fiz o apelo a que nos tivéssemos aqui um debate aprofundado sobre o futuro das receitas do município e sobre a nossa própria política fiscal relativamente ao município e, sobre o próprio andamento e das nossas políticas de longo prazo relativamente ao IMI, tem a ver com isto. É por que a aplicação e o efeito do IMI é significativamente diferente consoante a natureza do parque imobiliário das cidades. E eu não tenho nenhuma dúvida que Sintra, por exemplo para ir de forma direta, os impactos de qualquer medida e qualquer alteração e qualquer ação política, são muitíssimo diferentes de Lisboa. E a própria dinâmica nos anos seguintes, pela aceleração do quociente dos TES(?) que atinge para aqueles que não estão recordados que

diminui a metade o valor do IMI, a partir creio eu dos 40 anos de idade do edifício. O que sabendo nós que na cidade de Lisboa, ainda por cima com a opção de salvaguarda patrimonial de grande parte dos nossos planos a reabilitação, e bem é o que nós desejamos, por isso o que vai fazer é um aumento médio. Isto é, no contexto em que há menos construção nova o que nós estamos a fazer é um aumento médio do parque da idade média do parque habitacional da cidade. Vai obviamente delapidar a base receita do IMI, e vai ter impacto do ponto de vista da evolução futura desta receita.

Relativamente à taxa da Proteção Civil, é verdade o que o Vereador Fernando seara diz. e é verdade até que nós poderíamos adoptar uma simplificação que era de fazer este adicional ser feito sobre o IMI e não como taxa própria. A vantagem que tem de ter taxa própria, primeiro uma razão da escolha: porque é que a solução de Lisboa foi diferente da solução programada em Sintra e nunca? É porque o princípio, se eu bem me recordo, a taxa de Sintra era uma taxa calculada sobre o valor patrimonial do prédio, o que me parece concetualmente a solução mais correcta de todas, porque no fundo é dizer - "contribui em função dum risco que é protegido", neste caso o risco físico que é protegido e o património que está a ser protegido pelos serviços de Proteção Civil. Mas depois o que nos fez divergir é a opção do desenho da taxa que em Sintra foi desenhada para ser paga pelos utilizadores do imóvel através da fatura da água, se eu bem recordo foi essa a escolha, nunca aplicada verdade seja dita, e em Lisboa não foi. Foi nos proprietários. Porquê? Por uma razão que eu creio que a nossa solução, se me permite, creio eu que é mais justa porque se trata da proteção de um imóvel que não deixa de ter um proprietário, e trata-se da proteção dum bem dum proprietário mais do que a proteção dum bem dum utilizador. Mas também por uma razão simples que eu acho que era de maior justiça. É que no momento em que se nós não procedêssemos desta forma, nós estávamos a diminuir ainda mais a carga, estávamos a diminuir ainda mais o contributo dos proprietários para as receitas municipais para valores que até seriam abaixo do valor legal do IMI, porque se tratava do IMI menos a taxa de conservação de esgotos que nós estávamos a extinguir. E por isso em Lisboa vigorava uma determinada taxa sobre proprietários e IMI e taxa de conservação de esgotos.

A reforma das águas obriga a transferir custos para os utilizadores em detrimento dos proprietários, e a minha opinião é que a solução da lei é injusta, eu acho que era mais justo o modelo anterior, em que parte do custo da infraestrutura fosse suportado pelos proprietários e não pelos utilizadores, pelos arrendatários, dos inquilinos por fazerem parte da infraestrutura geral da

cidade. Acho que o modelo anterior era mais justo mas dou isso de barato, não é uma decisão nossa, acabo. O que não me parecia justo é que no momento em que os utilizadores são subcarregados houvesse uma diminuição para baixo do mínimo relativamente ao fim da taxa de proteção de conservação de esgotos. E é por esta razão que tomamos esta decisão de indexar este valor relativamente ao valor patrimonial tributário e de o relativamente ao IMI, o que me parece obviamente, sou totalmente suspeito porque apresentei e defendemos a proposta, mas parece-me uma solução justa sem prejuízo, como digo este é o início dum processo de debate sobre esta taxa e sobre esta política que terá que ser completado nos próximos anos.

Eu peço ao Vereador João Paulo Saraiva para completar as respostas para depois possamos avançar para o próximo ponto da reunião.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Eu em primeiro lugar pedia a defesa da honra porque, de facto, as minhas palavras só podem ter sido mal interpretadas. Eu tentei aqui checar à minha volta, só tinham sido mal interpretadas por essa bancada ou nesse caso pelo Sr. Vereador ou Sr. Vereador António Prôa, pelos vistos aqui não foram interpretadas da mesma maneira. Mas eu queira só clarificar que de forma nenhuma, mas de forma nenhuma eu me estaria a referir a qualquer interesse pessoal que o Sr. Vereador tivesse nesta matéria. Portanto isso que fique muito claro, nem admito que interprete das minhas palavras isto que eu não disse e que seria a tintória da minha dignidade pessoal. É inadmissível que se possa extrair das minhas palavras isso mesmo.

O que eu estava a brincar é com algo que sempre brinquei aqui, e com a qual vou continuar porque acho duplicidade muitas vezes interessante nomeadamente quando se apanham estas contradições, que é a duplicidade entre ser Vereador e ser Deputado. Que muitas vezes cria os incómodos que são evidentes de alguma dificuldade de gerir a Olívia patroa e a Olívia empregada, porque é o caso aqui da questão do IMI. Porque eu estava a brincar com o facto do Sr. Vereador ter participado nessa discussão e ter assumido, só vou repetir porque é preciso precisar, porque isto não tem nada a ver com uma questão familiar com o facto do Sr. Dr. Ter 20 filhos ou 3 ou um ou zero. Percebe?! Nem com nenhuma questão familiar! Eu não admito que isso seja transportado para aí, porque quem me conhece sabe bem que eu seria incapaz de fazer isso, e portanto não admito isso.

Segunda matéria, respondendo às questões tentando recuperar a tranquilidade. Questões do Vereador João Gonçalves Pereira. Pois é! De facto

o Sr. Vereador, e lá está mais uma vez a questão da tal duplicidade, o Sr. Vereador trás para cima da mesa que não recebe lições de ninguém sobre Contas no País, pois é, mas sobre Lisboa tem que receber, não é, o CDS e o PSD tiveram o desempenho que tiveram e deixaram o Município no estado em que ficou, importa-se de me deixar concluir.

E portanto é sobre esse Passivo inicial que foi preciso construir o modelo a que chegámos hoje, é muito interessante perceber a evolução do prazo médio de pagamento, o Sr. Doutor não estava cá, mas perdeu esse gráfico, que é fantástico; assim como o endividamento, que os Senhores ainda não conseguiram perceber qual é que é a redução, mas pronto, mas isso depois a gente um dia pode, quando deixarmos de ter esta abordagem mais, digamos de flancos opostos, depois olharmos para os números que são frios sobre essa matéria, talvez cheguemos a um entendimento.

Relativamente ao PPI, há um erro que não tem consequências por ai além, mas eu diria, Sr. Presidente, podíamos já fazer aqui uma alteração se estivéssemos todos de acordo, que era introduzir aqui, de forma a sinalizar que em 2017 também há algum investimento, trazer aqui na página 41, e depois com, eu penso que este é o único mapa, haverá outros em que eventualmente isto também se reflete, 5, 10 e 5 milhões, em 2017, nos Serviços Municipalizados de Proteção Civil, rendimento, Sapadores Bombeiros e Polícia Municipal, isto é uma questão de sinalização, como os Senhores sabem tão bem como eu, e portanto não é assim uma questão que seja assim tão relevante, comparada até com o que lá está inscrito.

Quanto à Taxa Turística de Chegadas. A Taxa Turística de Chegadas, eu já disse no início da Reunião, quando o Sr. Vereador ainda não estava, que estamos a analisar esta questão com os diferentes Parceiros, tem havido alguma polémica que não queremos alimentar, e portanto, vamos continuar esse mesmo diálogo, tentar encontrar qual é que é a solução, que neste momento ainda não temos.

Mas estamos a dialogar sobre ela, temos alguma expectativa que consigamos um modelo final, em que exista algum consenso sobre ele, vamos ver se lá conseguimos chegar, da mesma maneira como aliás chegámos, com tranquilidade, sobre a Taxa Turística de Dormidas, conseguindo um compromisso do Sector para com esta matéria e este investimento no desenvolvimento do Turismo em Lisboa, que não nos parece que qualquer um dos outros operadores, interlocutores, “players” sobre esta matéria, queira ficar fora desse esforço, dessa colaboração e desse trabalho em conjunto com o Município de Lisboa. Muito obrigado.

O Sr. Presidente: - Muito bem. Srs. Vereadores, muito obrigado, acho que tivemos um bom debate sobre as Opções fundamentais do Orçamento, eu queria só encontrar uma coisa, que é a nossa Ordem de Trabalhos. Por isso, quero pedir ajuda para organizarmos então aqui a nossa Votação. Por isso, nós temos o Ponto 1 da Ordem de Trabalhos, que tem uma correção, pelo que eu percebo. É isto?

(intervenção fora do microfone)

O Sr. Presidente: - Isso não era melhor vir sob a forma de uma Errata.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva (?): - Pode ser.

O Sr. Presidente: - Vereador Fernando Seara, ajude-me só nesta resolução deste pequeno, isto é uma inscrição no PPI para 2017, por isso não tem relevância material agora, pergunto. É uma alteração ou é uma Errata? É uma Errata.

Muito bem, então apresentaríamos depois, apresenta-se a Errata, editava-se para a Ata. Qual é o Ponto? Fica gravada para a Ata, por isso, seria a Proposta 610, com Errata. Sr. Vereador importa-se de ditar para a ata a errata.

O Sr. Vereador João Paulo Saraiva: - Página 42 quadro 3, Plano Plurianual de Investimento – 2017, Grupo 10 – 50 mil euros; Grupo 11 – 100 mil euros; Grupo 12 – 50 mil euros.

O Sr. Presidente: - Muito bem. Temos depois a seguir a proposta 611/2015 alterada ou substituída na sua nova versão que é, - a introdução dum limite 200 mil euros. Srs. Vereadores estão a acompanhar para estarmos depois sintonizados? Por isso, a proposta 1 com a errada, o ponto 1 da Ordem de trabalhos a proposta 610/2015 com a errata; a proposta 611/2015 na nova versão que corresponde à introdução dum limite de 200 mil euros relativamente ao valor patrimonial tributário; a proposta 612/2015, o ponto 3 da Ordem de trabalhos sem alteração; o ponto 4 da Ordem de Trabalhos a proposta 613/2015 que creio eu que é votada em alternativa, tem alteração do PSD creio eu 613-A do PSD.

Sr. Vereador.

O Sr. Vereador Manuel Figueiredo: - Peço desculpa Sr. Presidente mas nós solicitávamos que a votação não fosse em alternativa entre esta e a do...

O Sr. Presidente: - Mas peço desculpa, tem que ser não?.

O Sr. Vereador Manuel Figueiredo: - Nós estamos contra as duas como é que fazemos?

O Sr. Presidente: - Votam contra as duas.

O Sr. Vereador Manuel Figueiredo: - Então não pode ser em alternativa.

O Sr. Presidente: - Ah já percebi, muito bem, está bem. Peço desculpa, Sr. Vereador, pelo meu lapso na condução dos trabalhos. Votaremos primeiro a proposta do PSD e votaremos depois a proposta do executivo, sabendo aliás que tem o chumbo pré anunciado do PCP relativamente às duas, voto contra. Depois temos a Proposta 614/2015 votada sem alterações; e temos depois a Proposta 633/2015, que há pouco admitimos do PCP, relativamente às questões do acesso à informação em matéria fiscal. É isto? E duas moções que eu não tenho aqui, importam-se de me fazer chegar as duas moções. A moção 34/2015 e a Moção 35/2015.

Eu queria, aliás, a este propósito pedir para distribuir a carta do Grupo Águas de Portugal que foi dirigida ao município de Lisboa, sobre o plano de drenagem, e eu vou citar o parágrafo. Esta carta foi a troca de cartas entre o município de Lisboa e o Grupo Águas de Portugal aquando da conclusão das negociações da alienação da rede de saneamento. E que pretendeu verter por carta o entendimento comum do município e do Grupo Águas de Portugal nas reuniões tidas com o Sr. Ministro sobre o tema e onde se deram por findas as negociações. e depois dum conjunto amplo de considerandos e de simpatias pela forma como decorreram as negociações. Sr. Vereador gostava só de chamar a atenção para o ultimo parágrafo, onde se diz – “Neste momento não se encontram reunidas as condições para aquisição do sistema de saneamento de Lisboa” – eu refiro-me à carta do Grupo Águas de Portugal relatando em acta a reunião com o Sr. Ministro do Ambiente: - “No entanto tal como foi referido na reunião o município de Lisboa à semelhança de todos os outros municípios poderá candidatar no POZEUR projectos de reabilitação dos sistemas de drenagem de águas residuais com especial enfoque na redução e controle de infiltrações e afluência de águas pluviais aos sistemas públicos de

drenagem de águas residuais, com vista à redução de ocorrência colapsos e de inundações. Serve esta carta para precisar, e no fundo para o tranquilizar relativamente ao facto da dotação definida e não definida no Plano de Investimento da Câmara decorrer de tomarmos como bom e de firme este compromisso do Governo que haverá fundos comunitários para investir na rede de drenagem. Por isso a dotação será, naturalmente, não definida como implicam as regras porque não há nenhuma candidatura ainda aprovada.”

Sr. Vereador.

O Sr. Vereador António Prôa: - Muito obrigado. Eu há pouco não tinha insistido na questão, mas agora parece-me pertinente fazê-lo.

Em primeiro lugar um esclarecimento: a intenção da Moção é, senão seria uma alteração ao Orçamento, era que numa próxima alteração ao orçamento possa haver uma evolução da dotação não definida para dotação definida do valor previsto para investimento do plano de drenagem. Em qualquer circunstância o que nos deixa preocupados em qualquer caso, depois da explicação do Sr. vereador, tem que ver com o facto de nós verificarmos que a dotação a definir é um dotação definida não relacionada com o financiamento alheio e comunitário. A dotação não definida que está prevista é uma dotação não definida a ser eventualmente satisfeita com o saldo de gerência. E portanto, se o objectivo é que a dotação não definida possa ser satisfeita com o sucesso duma candidatura a um financiamento europeu, então não devia estar como está no plano de actividades. Porque no plano de actividades é uma dotação não definida a definir através de dotação do saldo de gerência. É isso que vem escrito no plano de actividades. Ou seja, os financiamentos alheios, como o Sr. Presidente saberá melhor do que eu, são de várias origens mas neste caso em concreto o financiamento alheio previsto para satisfazer o plano de drenagem não é nenhum financiamento comunitário mas sim o saldo de gerência. E isso revela-se para nós preocupante, e portanto essa alteração para nos tranquilizar também deveria ser feito.

Obrigado.

O Sr. Presidente: - Sr. Vereador, eu não vou prolongar este debate, só quis chamar este ponto pelo seguinte: do que eu entendi da sua Moção, da Moção, da Moção que o PSD apresentou e que o Sr. Vereador defendeu é a preocupação de que as verbas inscritas como definidas fossem insuficientes para sinalizar a prioridade com a execução do plano. Creio que que é este o sentido. e o que o Vereador diz, não, isto é uma área que consideramos

prioritária, devem estar mais verbas definidas no plano. E o que eu estou a querer dizer é que não é um problema de prioridade, porque o programa é prioritário, e eles só não estão definidas porque se considera como bom o compromisso de que elas virão de fundos comunitários. Ó Sr. Vereador não discuto a tecnicidade da coluna, se está na coluna de capitais próprios ou na coluna de financiamento comunitário, nem creio que valha a pena qualquer correcção meteria desta matéria. O que lhe estou a dizer, e é por isso que o voto da maioria será contra a proposta, não por nenhuma divergência quanto à prioridade mas porque contamos que o financiamento esteja assegurado através de financiamento comunitário. Era só sinalizar que o voto contra não é um voto de divergência na prioridade, é por considerarmos que tomamos como boas as garantias que nos foram dadas e não temos razão nenhuma para duvidar delas.

Srs. Vereadores, sendo assim vamos então proceder à votação dos seguintes pontos da Ordem de Trabalhos nos termos que há pouco anunciei. Vamos então passar à votação do Ponto 1 da Ordem de Trabalhos, Proposta 610/2015 com errata que o Vereador João Paulo Saraiva sinalizou há pouco para a ata. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com o voto contra do PCP do PPD/PSD, do CDS/PP e o voto a favor dos restantes vereadores. Passamos à votação do ponto 2 da Ordem de Trabalhos.

Sr. Vereador Carlos Moura.

O Sr. Presidente pôs à votação da Proposta 610/2015 a qual foi aprovada por maioria com 9 votos a favor (6PS e 3Ind.) e 6 votos contra (3PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP)

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Gostaríamos de pedir ao Sr. Presidente que destacasse nesta votação o ponto 4 desta proposta.

O Sr. Presidente: - Da 611 revista.

O Sr. Vereador Carlos Moura: - Exatamente.

O Sr. Presidente: - Muito bem, então vamos votar, relativamente ao ponto 2 da Ordem de Trabalhos da Proposta 611/2015, vamos votar o ponto 4 da Proposta. Quem vota contra? Quem se abstém? O ponto foi aprovado com a abstenção do PCP e o voto a favor dos restantes Vereadores.

Vamos então agora votar os restantes pontos da Proposta 611/2015 na sua nova versão. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada por unanimidade. A proposta, isto é todos os pontos com a exceção do ponto 4. Declaração de voto dos Vereadores do PCP do CDS/PP e do PPD/PSD.

O Sr. Presidente pôs à votação da Proposta 611/2015 a qual foi aprovada por pontos:

Ponto 4 – aprovado por maioria com 14 (7PS, 3Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP), 2 abstenções (PCP)

Restantes Pontos - Aprovados por unanimidade

O Sr. Presidente: - Passamos agora do ponto 3 da Ordem de Trabalhos a Proposta 612/2015. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente pôs à votação da Proposta 612/2015 a qual foi aprovada por unanimidade.

O Sr. Presidente: - Votamos agora a Proposta 613/2015, subscrita pelo Vereador João Paulo Saraiva. Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com os votos contra do PCP, a abstenção do CDS/PP e do PPD/PSD e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação da Proposta 613/2015 a qual foi aprovada por maioria com 10 votos a favor (7PS e 3Ind.), 4 abstenções (3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 votos contra (PCP)

O Sr. Presidente: - Passamos agora ao ponto 5 da Ordem de Trabalhos, a proposta 614/2015, Quem vota contra? Quem se abstém? A proposta foi aprovada com os votos contra do PCP, a abstenção do CDS/PP e o voto a favor dos restantes Vereadores.

O Sr. Presidente pôs à votação da Proposta 614/2015 a qual foi aprovada por maioria com 13 votos a favor (7PS e 3Ind. e 3PPD/PSD), 1 abstenção (CDS/PP) e 2 votos contra (PCP)